

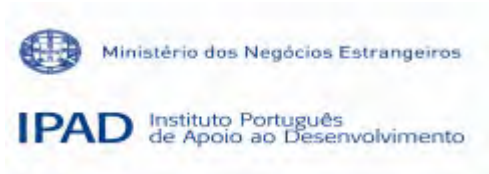


Ministério dos Negócios Estrangeiros

IPAD

Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
INSTITUTO PORTUGUÊS DE APOIO AO
DESENVOLVIMENTO
2005**



Índice

Índice.....	2
1. Introdução.....	3
2. Planeamento Financeiro e Programação (DS PFP).....	6
3. Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais I (DS BIL I) e Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais (DS BIL II).....	18
4. Direcção de Serviços de Apoio à Sociedade Civil e Ajudas de Emergência (DS SCAE).....	35
5. Direcção de Serviços de Assuntos Comunitários e Multilaterais (DS ACM).....	39
6. Direcção de Serviços de Administração (DS ADMIN).....	44
Conclusões e Avaliação.....	53



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

1. Introdução

No quadro institucional da Cooperação Portuguesa, o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), como dispositivo central, assume o papel mais relevante, não só por via das funções de supervisão, direcção e coordenação da APD, mas também devido à competência de operacionalização das orientações e estratégias aprovadas pelo Governo.

O presente relatório visa informar das actividades realizadas pelo IPAD ao longo de 2005, enquadradas na linha estratégica delineada pela tutela para a Cooperação Portuguesa e pelo próprio Instituto, no seu Plano de Actividades. Neste âmbito, 2005 foi marcado pela tomada de posse do XVII Governo Constitucional¹ e pela entrada em funções do novo Conselho Directivo do IPAD a 26 de Setembro.

O ano de 2005 representou também, a nível internacional, um período excepcionalmente fértil em termos de consolidação e concertação das novas políticas e orientações estratégicas no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento. Como exemplos desta dinâmica, na qual o IPAD participou, podemos evidenciar o *II Fórum de Alto Nível para a Eficácia da Ajuda e a Declaração de Paris*² para o qual foi preparado um *Plano Interno de Acção para a Harmonização e o Alinhamento*, bem como, a *Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)*. De destacar ao nível da União Europeia (UE), a adopção do *Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento*, uma declaração política adoptada conjuntamente pelo Conselho e pelos Estados Membros, pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu, que reflecte a vontade da UE de contribuir decisivamente para a erradicação da pobreza. Da mesma filosofia surgiu a *Estratégia da UE para África – Rumo a uma Parceria Estratégica*, que define as medidas que, até 2015, a União tomará, em conjunto com a África, para apoiar os esforços africanos no sentido de construir esse futuro. Tem em conta as necessidades regionais e as necessidades específicas de determinados países, bem como as estratégias nacionais dos países africanos. Define como principais objectivos realizar os ODM e promover o desenvolvimento sustentável, a segurança e a boa governação em África.

¹ Março de 2005.

² Documento que, prevê a harmonização de políticas, práticas e procedimentos dos países doadores no sentido de uma maior eficácia da ajuda.



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

No plano bilateral, de salientar, ao nível da Programação da ajuda, a negociação dos Planos de Acção (PAC) de 2006 para os seis principais países parceiros da Cooperação Portuguesa³ e, no âmbito do Acompanhamento dos projectos, a execução dos PAC de 2005.

A nível interno, o IPAD procurou responder a novas exigências funcionais, através, entre outras medidas, da introdução de um novo quadro normativo relativo ao financiamento de projectos de ONGD e da Sociedade Civil e, a nível contabilístico, da criação de Centros de Custos por país e por área de intervenção.

No último trimestre de 2005, o IPAD procedeu à redefinição da sua estrutura orgânica, atribuições e competências dos serviços, que incidiu, sobretudo, em duas Direcções de Serviços: Bilateral I e Bilateral II. Obedecendo à coerência de gestão integrada do ciclo do projecto, cada Direcção foi estruturada numa lógica geográfica, de forma a que, para cada país parceiro, estejam associadas a Análise e o Acompanhamento dos projectos e programas de cooperação. No sentido de implementar uma gestão mais eficaz da infraestrutura tecnológica e de impulsionar a política de informação e comunicação do IPAD, o Centro de Informática passou à dependência directa do Conselho Directivo do Instituto.

O relatório será esquematizado por unidades orgânicas e de acordo com a nova estrutura, visando transpor a actual dinâmica interna de funcionamento das actividades do Instituto. Numa perspectiva de análise contextualizada da actividade do IPAD ao longo do último ano, o presente relatório traça ainda, ao nível das conclusões, uma avaliação do cumprimento dos principais objectivos estratégicos globais enunciados no Plano de Actividades para 2005:

⇒ Empenho no cumprimento dos compromissos internacionais assumidos no contexto da Declaração do Milénio, nomeadamente a luta contra a pobreza enquanto guia fundamental para a execução da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e o aumento do esforço financeiro da mesma Ajuda para 0,33% do RNB até 2006;

⇒ A optimização dos recursos e a introdução de mecanismos que elevem a taxa de execução dos programas e projectos de cooperação, sendo concedida prioridade à programação dos projectos para os países de expressão oficial portuguesa e com incidência em quatro sectores fundamentais – Educação, Saúde, Formação Profissional e Capacitação Institucional;

³ Cinco PALOP e Timor Leste.



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

- ⇒ Inversão da dispersão de meios em pequenas acções avulsas de reduzido impacto e fraca visibilidade, para uma lógica de concentração, melhorando a racionalidade, eficiência e eficácia da ajuda;
- ⇒ Maximização das vantagens inerentes a uma programação integrada, através do Programa Orçamental para a Cooperação - PO5;
- ⇒ Melhor coordenação da política de cooperação através da Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC), veículo de sensibilização das estruturas sectoriais para a necessidade de um progressivo aumento dos índices de execução dos projectos;
- ⇒ Promoção de uma crescente integração das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e de outras entidades da Sociedade Civil, enquanto agentes de cooperação, nos programas de desenvolvimento;
- ⇒ Melhor inserção da Cooperação Portuguesa no contexto mais alargado do sistema internacional de apoio ao desenvolvimento e reforço da actuação no quadro da CPLP.

2. Planeamento Financeiro e Programação (DS PFP)

Compete à DS PFP assegurar o planeamento global e a programação da ajuda pública ao desenvolvimento, em função das orientações, objectivos e prioridades definidos pela tutela, bem como elaborar ou promover a elaboração de estudos nas áreas de ajuda pública ao desenvolvimento.

2.1. Divisão de Planeamento e Programação

Base de Dados da Cooperação Portuguesa (BD)

A BD constitui um instrumento fundamental para a centralização, coordenação e gestão da informação oficial sobre as actividades de cooperação, sobretudo sobre Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), promovidas pela Administração Central e Local e por entidades privadas, como as ONGD.

Em cumprimento das actividades planeadas para 2005, procedeu-se ao tratamento estatístico e notificação dos dados sobre os fluxos de ajuda externa de Portugal para os países em desenvolvimento e países em transição no ano de 2004, de acordo com as regras internacionais do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (CAD/OCDE). Os dados, em formato simplificado, foram disponibilizados no *website* do IPAD.

Realizou-se ainda a adaptação da BD a novas exigências de informação:

- ⇒ Conclusão do trabalho de ajustamento da sua estrutura ao nível do carregamento e pesquisa da informação.
- ⇒ Desenvolvimento de uma nova matriz de pesquisa e extracção de dados, mais flexível, permitindo uma exploração mais diversificada da informação.

O alargamento do acesso da BD para consulta generalizada no IPAD sofreu um adiamento para 2006, devido às várias etapas de ajustamento no processo atrás referido, incluindo a adaptação dos técnicos à nova matriz. Simultaneamente, foram desenvolvidas iniciativas inicialmente não previstas no Plano de Actividades e que decorreram da necessidade de responder a recomendações dos organismos internacionais de ajuda, sobretudo ao nível dos ODM e da Harmonização e Alinhamento.

Quadro 1
Distribuição da APD Portuguesa por beneficiários 2004

	<i>Unidade: Milhares €</i>	
	2004	%
APD BILATERAL, TOTAL	702.446	100
ANGOLA *	575.892	82,0
CABO VERDE	24.772	3,5
GUINÉ-BISSAU	9.767	1,4
MOÇAMBIQUE	19.516	2,8
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	10.299	1,5
PALOP **	4.047	0,6
TIMOR LESTE	20.568	2,9
OUTROS PAÍSES	37.585	5,4
APD MULTILATERAL, TOTAL	127.445	100
1. NAÇÕES UNIDAS	8.270	6,5
1.1. Nações Unidas - Agências, Fundos e Comissões	8.270	6,5
2. COMISSÃO EUROPEIA	90.508	71,0
2.1. Orçamento CE p/ Países em Desenvolvimento	63.708	50,0
2.2. FED - Fundo Europeu para o Desenvolvimento	25.585	20,1
2.3. BEI - Banco Europeu de Investimento	1.215	1,0
3. FMI, BANCO MUNDIAL E OMC	10.573	8,3
3.1. Grupo Banco Mundial	9.990	7,8
3.2. Organização Mundial do Comércio	583	0,5
4. BANCOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	13.996	11,0
5. OUTRAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS	4.097	3,2
<i>das quais:</i>		
GEF - Global Environment Facility	1.103	0,9
Protocolo de Montreal		
CPLP - Community of Portuguese Speaking Countries ****	724	0,6
APD TOTAL	829.891	
<i>Para referência:</i>		
% APD/RNB***	0,63	

Fonte: Div. PP

* Inclui reestruturação dívida angolana (561,708 Milhares €)

** PALOP: Projectos conjuntos ou não discriminados por país.

*** RNB: Rendimento Nacional Bruto

**** CPLP adicionada à lista das organizações multilaterais em Junho de 2005. Aprovada a inclusão no Grupo de Trabalho de Estatística do CAD, Paris, 14-15 Junho 2005. Os montantes aqui incluídos respeitam às contribuições de carácter multilateral.

Objectivos de desenvolvimento do Milénio (ODM)

De entre as necessidades atrás referidas, destacam-se os ODM e suas metas. Cabe aos países doadores, no âmbito dos compromissos internacionalmente assumidos, orientarem a sua APD para a concretização desses objectivos e avaliarem os seus progressos. De forma a monitorizar este processo, foi realizado um estudo para implementação na BD de uma metodologia de classificação da APD com base nos ODM. A implementação prática desta metodologia, prevista para o primeiro trimestre de 2006, visa obter informação estatística sobre a canalização da APD para cada ODM e suas 18 metas.

Dois anos após a Cimeira da Milénio as Nações Unidas lançaram à escala mundial a *Campanha do Milénio*, visando a divulgação e sensibilização da opinião pública para os ODM e o combate à pobreza. A nível nacional essa iniciativa traduziu-se na Campanha *Pobreza Zero*⁴. O IPAD contribuiu com 150 mil euros para o *Millennium Campaign Trust Fund* e participou activa e financeiramente na campanha nacional, apoiando a ONGD OIKOS em 25 mil euros. Realizou também uma apresentação pública do Relatório de Portugal num Seminário sobre o tema. A iniciativa, organizada pela OIKOS com a colaboração da FLAD (Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento), contou com a presença de Eveline Herfkens, coordenadora executiva da Campanha Mundial das Nações Unidas para os ODM.

Harmonização e Alinhamento

No Plano de Actividades de 2005, o IPAD propôs reforçar os mecanismos de harmonização em três níveis: com países beneficiários, com agências doadoras, e ao nível interno.

Com vista a concretizar essas propostas, apresentou em Fevereiro de 2005, o seu *Plano de Acção para a Harmonização e Alinhamento (H&A)*. O documento ficou estruturado nos três níveis de esforços acima referidos.

Para a sua máxima disseminação, o documento foi difundido pelos Ministérios Sectoriais, Plataforma das ONGD e Embaixadas nos PALOP e Timor-Leste. Com vista à sua disseminação internacional, o documento foi traduzido em língua inglesa e foi remetido ao CAD/OCDE. Passou também a estar disponibilizado no *website* do IPAD, nas duas línguas.

⁴ www.pobrezazero.org



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

Portugal esteve representado no *IIº Fórum de Alto Nível (HLF) para a Eficácia da Ajuda*⁵, onde resultou um conjunto de compromissos (Compromissos de Parceria) entre doadores e parceiros, traduzidos na *Declaração de Paris*. Esses compromissos traduzem metas e indicadores de desempenho, até 2010, cujos progressos irão ser internacionalmente monitorizados e avaliados. O IPAD garantiu a difusão directa da Declaração pelos principais intervenientes da Cooperação Portuguesa e disponibilizou-a no seu *website*, incluindo os 12 indicadores em português. Foi ainda preparada uma notícia sobre o IIº HLF, para um *Encarta sobre Cooperação* no Jornal de Notícias.

No IIº HLF foi também aprovado um exercício piloto⁶ em Estados Frágeis. Portugal tem particular interesse neste exercício pelo facto de vários dos seus principais beneficiários da ajuda pertencerem a esse agrupamento. Nesse sentido, Portugal disponibilizou-se como país “facilitador” para a Guiné-Bissau.

Ainda no âmbito dos esforços de coordenação e harmonização, a UE desenvolveu uma iniciativa piloto em Moçambique – o *Database Information System (DBIS)*. É um exercício importante para a coordenação e harmonização ao permitir um maior conhecimento das actividades dos doadores no terreno, mas também para um alinhamento com as autoridades moçambicanas. Este instrumento é também facilitador de uma maior transparência, pois os projectos dos doadores são disponibilizados *on-line* para o público em geral. Portugal participou neste exercício, com o envio de dados detalhados da APD de 2004. Contudo, o envio trimestral de dados solicitado pela DBIS, tem-se revelado impossível pela falta de meios humanos, o que implica o envio de um único relatório anual resultando na tardia actualização de informação.

Memorando da Cooperação Portuguesa

Foi elaborado o Memorando Anual de Portugal que se apresenta como um dos documentos mais abrangentes sobre a Cooperação Portuguesa. Em virtude da proximidade do Exame periódico do CAD/OCDE a finalizar em 2006, esta edição do Memorando abrangeu os anos de 2001 a 2004.

⁵ Paris, 28 Fevereiro - 02 Março, 2005.

⁶ O objectivo é identificar, em articulação com outros doadores presentes no terreno, quais os “Princípios”, tendo em atenção as circunstâncias específicas do parceiro, aos quais deve ser dada prioridade com vista a se obterem melhores resultados na ajuda concedida a esses países.



Ministério dos Negócios Estrangeiros

IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa no Estrangeiro (PO05).

Desde 2004 que é contemplado no Orçamento do Estado o Programa Orçamental da Cooperação. Este é um dos instrumentos primordiais da programação da cooperação portuguesa. Assume particular relevância na medida em que dota os decisores políticos de uma ferramenta essencial de afectação dos recursos nacionais aos compromissos assumidos pelo Estado Português em prol da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Do trabalho tripartido entre o IPAD, a Direcção Geral do Orçamento (DGO), o Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP) resultou o enquadramento do Programa, bem como das três medidas que o constituem, a saber⁷:

1. Cooperação para o Desenvolvimento;
2. Cooperação Técnico-Científica;
3. Cooperação Técnico-Militar.

Na qualidade de coordenador do Programa Orçamental, a principal meta a atingir pelo o IPAD, no decorrer do ano 2005, assentava na maior articulação com os intervenientes⁸ em qualquer aspecto do Programa. As acções desencadeadas ao longo do ano pelo IPAD potenciaram uma relação mais estreita entre a DGO, o DPP, os Executores e o coordenador do PO05. Desta forma, reforçou-se o acompanhamento mensal dos Projectos/Actividades inscritos em PO05 tendo sempre presente a boa execução material e financeira dos mesmos e contribuindo-se para a execução global do próprio Programa.

A coordenação do Programa só pode ser eficaz se o fluxo de informação for contínuo, e consistente. Assim, o IPAD procurou assegurar a bi-direccionalidade de toda a informação relevante. Esta iniciativa fomentou uma maior participação dos executores com verbas inscritas nas vertentes de funcionamento e investimento, que passaram a disponibilizar informação sobre as Acções/Actividades de que são responsáveis⁹. Esta informação permitiu ao IPAD redigir os Relatórios de Execução Semestral e Anual do Programa, bem como serviu de suporte à redacção dos pareceres técnicos que o coordenador tem que emitir em determinados processos de alteração orçamental.

⁷ A preparação do Programa Orçamental para 2006 foi igualmente alvo de colaboração entre os diversos intervenientes.

⁸ Como se depreende da leitura do *Plano de Actividades para 2005*, IPAD, Lisboa, pp. 23-25.

⁹ Os executores com verbas inscritas no Orçamento de Funcionamento passaram a informar o IPAD das alterações orçamentais respectivas, realidade que ainda incipiente, apresenta melhorias, quanto ao fluxo de informação, em relação ao ano de 2004.

Quadro 2

Verbas afectas e execução financeira do Programa do PO05 – 2005

Unidade: Euros

	Funcionamento						Total
	Medida 1		Medida 2		Medida 3		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Dot. Inicial	208.332.088	96,56%	930.093	0,43%	6.491.443	3,01%	215.753.624
Dot. Corrigida	287.924.237	97,49%	911.236	0,31%	6.491.443	2,20%	295.326.916
Dot. Cor. Líquida (a)	277.151.388	97,73%	911.236	0,32%	5.517.726	1,95%	283.580.350
Executado (b)	204.104.379	97,14%	670.622	0,32%	5.328.153	2,54%	210.103.154
Tx. Execução (=b/a)	73,64%		73,59%		96,56%		74,09%

	PIDDAC				Total
	Medida 1		Medida 2		
	Valor	%	Valor	%	
Dot. Inicial	6.442.600	56,95%	4.869.944	83,96%	11.312.544
Dot. Corrigida	5.567.849	12,10%	40.455.374	97,80%	46.023.223
Dot. Cor. Líquida (a)	4.092.069	9,29%	39.965.317	97,77%	44.057.386
Executado (b)	3.352.459	7,76%	39.839.638	98,34%	43.192.097
Tx. Execução (=b/a)	81,93%		99,69%		98,04%

	TOTAL						Total
	Medida 1		Medida 2		Medida 3		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Dot. Inicial	214.774.688	94,59%	5.800.037	2,55%	6.491.443	2,86%	227.066.168
Dot. Corrigida	293.492.086	85,98%	41.366.610	12,12%	6.491.443	1,90%	341.350.139
Dot. Cor. Líquida (a)	281.243.457	85,84%	40.876.553	12,48%	5.517.726	1,68%	327.637.736
Executado (b)	207.456.838	81,90%	40.510.260	15,99%	5.328.153	2,10%	253.295.251
Tx. Execução (=b/a)	73,76%		99,10%		96,56%		77,31%

Fonte: DGO/MF Tratamento: IPAD

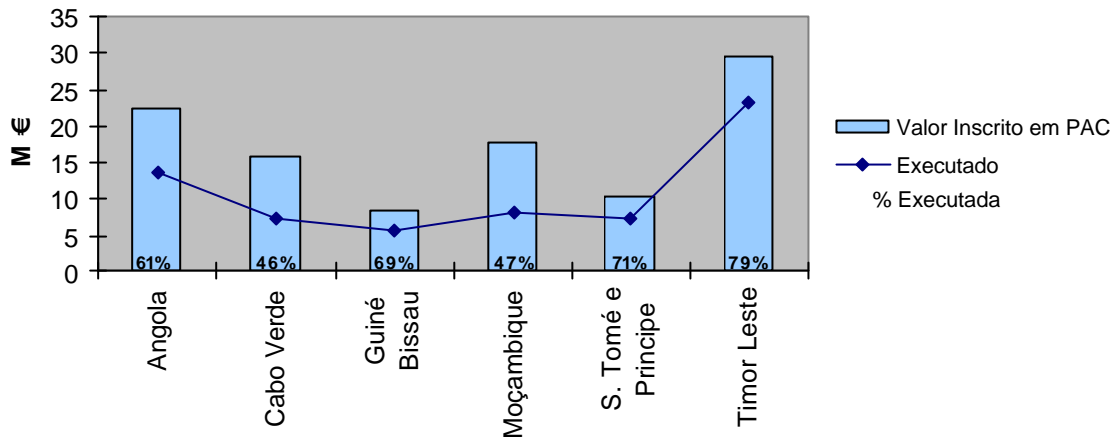
2.2. Divisão de Coordenação Geográfica (DCG)

No âmbito das suas atribuições funcionais, a DCG desenvolveu, o conjunto de tarefas referentes à elaboração de pastas de apoio a reuniões e visitas ministeriais e de Chefes de Estado/Governo. Procedeu ainda à actualização constante dos pontos de situação referente aos PALOP e Timor Leste e à compilação mensal do *Respondário sobre Cooperação* a ser enviado à tutela como suporte do debate mensal na Assembleia da República sobre política externa. A DCG procedeu também à elaboração de documentação técnica referente a terceiros países.

A partir do segundo semestre iniciou, em coordenação com as DS Assuntos Bilaterais, a preparação dos elementos técnicos de programação dos seis PAC a celebrar para 2006, tendo o primeiro destes – PAC/06 com Moçambique – sido assinado em 2 de Novembro aquando da visita

de Estado do Presidente Armando Guebuza, ficando os restantes prontos para assinatura no início do ano seguinte.

Gráfico 1
PAC 2005 - Montantes orçamentados e executados



Fonte DS BIL I e II, Tratamento: PP

Quadro 3
Execução PAC 2005 – Quadro Global

Unidade: Euros

País	Montante Inscrito nos PAC 2005			Execução dos PAC 2005			
	IPAD	Outras Entidades	Total global	IPAD	Outras Entidades	Total Global	%
Angola	16.889.439	5.410.561	22.300.000	9.145.472	4.573.195	13.678.644	61%
Cabo Verde	8.271.600	7.638.400	15.910.000	2.514.488	4.743.077	7.257.564	46%
Guiné Bissau	4.771.826	3.634.800	8.406.626	3.424.951	2.394.347	5.819.298	69%
Moçambique	12.571.746	5.127.776	17.699.522	4.591.680	3.658.528	8.250.208	47%
S. Tomé e Príncipe	4.593.200	5.906.769	10.499.970	3.107.086	4.364.134	7.471.220	71%
Timor Leste	12.618.199	16.881.801	29.500.000	9.383.099	13.894.765	23.277.864	79%
TOTAL	59.716.010	44.600.107	104.316.118	23.021.303	33.628.046	65.754.799	63%

Fonte DS BIL I e II, Tratamento: PP

Angola

As relações de cooperação entre Portugal e Angola enquadraram-se no respectivo PAC, que contou com 68 projectos/programas e um envelope financeiro de 22 M€. A taxa de execução total foi de 61%. Quanto ao IPAD, e em relação a 2004, verificou-se um aumento significativo da taxa de execução de 34% para 54%.

Quadro 4 Execução PAC 2005

Unidade: Euros

ANGOLA								
Montante Inscrito nos PAC 2005			Execução dos PAC 2005					
IPAD	Outras Entidades	Total global	IPAD	%	Outras Entidades	%	Total Global	%
16.889.439	5.410.561	22.300.000	9.145.472	54	4.533.172	84	13.678.644	61%

Deu-se prioridade à área da Educação, com particular ênfase na cooperação em matéria de Ensino Superior (Direito, Medicina, Economia, Engenharia e Agronomia). Realça-se ainda o reforço do apoio ao sector da Saúde, que abrangeu não só a vertente do ensino graduado (através da Universidade Agostinho Neto), como a capacitação institucional em áreas tais como as grandes endemias, as doenças infecto-contagiosas e a Saúde Pública e a reorganização do sistema de saúde. É também de referir a continuação de projectos quer na área da Capacitação Institucional nos domínios do Planeamento, Água e Saneamento, Administração Interna e Justiça, quer na área da Reinserção Social e Promoção do Emprego.

Cabo Verde

No PAC 2005, assinado na Praia em 18 de Janeiro de 2005, foram inscritos 57 programas/projectos, correspondendo a 16 M€, atingindo uma taxa de execução total de 46%. O IPAD registou uma execução de 30%.

Quadro 5 Execução PAC 2005

Unidade: Euros

CABO VERDE								
Montante Inscrito nos PAC 2005			Execução dos PAC 2005					
IPAD	Outras Entidades	Total global	IPAD	%	Outras Entidades	%	Total Global	%
8.271.600	7.638.400	15.910.000	2.514.488	30%	4.743.077	62%	7.257.564	46%

No âmbito das prioridades – Valorização dos Recursos Humanos e Capacitação Técnica, Apoio à Criação de Infra-estruturas Básicas, Ordenamento do Território e Recuperação do Património e Apoio à Estabilidade Macro-económica – merecem destaque: o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário, a Formação nas Universidades Portuguesas, o Programa de Emprego e Formação Profissional, a Criação da Casa do Cidadão, o Levantamento Aerofotogramétrico de todas as ilhas, a Assistência Técnica nas Áreas da Justiça, da Saúde, das Finanças, da Segurança e Forças Armadas, e a Luta Contra a Pobreza incluindo o Desenvolvimento Sócio-Comunitário e a Protecção de Crianças e de Jovens e de Famílias de Menores Rendimentos.

Guiné-Bissau

O PAC 2005, assinado a 20 de Dezembro de 2004, previa 8.4 M€ e 33 programas/projectos. Não obstante a instabilidade registada no país, obteve-se uma taxa de execução global de 69%.



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

Acresce ainda a execução de um programa extra PAC (orçamento global de 1.5 M€) que registou a execução de 95 %. A taxa de execução do IPAD situou-se nos 72%.

Quadro 6 Execução PAC 2005

Unidade: Euros

GUINÉ BISSAU									
Montante Inscrito nos PAC 2005			Execução dos PAC 2005						
IPAD	Outras Entidades	Total global	IPAD	%	Outras Entidades	%	Total Global	%	
4.771.826	3.634.800	8.406.626	3.424.951	72%	2.394.347	66%	5.819.298	69%	

O IPAD co-participou na organização da Reunião de Lisboa de 11 de Fevereiro, preparatória da *Conferência de Mesa Redonda de sensibilização dos parceiros da Guiné-Bissau*, de iniciativa governamental portuguesa.

Realizaram-se trabalhos de coordenação para atender à necessidade de apoiar política e financeiramente o país, criando condições para a realização de Eleições Presidenciais – concretizadas a 19 de Junho e 24 de Julho. Esta era uma condição essencial para as organizações financeiras multilaterais e alguns doadores bilaterais continuarem a assegurar o seu apoio.

Moçambique

O PAC 2005 foi assinado em Lisboa, no dia 4 de Janeiro de 2005, envolvendo 17.7 M€ e 54 programas/projectos. A taxa de execução global situou-se nos 47%. A participação do IPAD atingiu os 37%.

Quadro 7 Execução PAC 2005

Unidade: Euros

MOÇAMBIQUE									
Montante Inscrito nos PAC 2005			Execução dos PAC 2005						
IPAD	Outras Entidades	Total global	IPAD	%	Outras Entidades	%	Total Global	%	
12.571.746	5.127.776	17.699.522	4.591.680	37	3.658.528	71%	8.250.208	47%	

As relações de cooperação com Moçambique foram marcadas, como em anos anteriores, pelo objectivo principal de redução dos níveis de pobreza absoluta, articulando com a estratégia do Governo moçambicano consubstanciada no PARPA¹⁰, que integra as principais acções a implementar nos diversos sectores. Um traço distintivo da Cooperação Portuguesa com este país traduziu-se, uma vez mais, num apoio directo ao Orçamento de Estado.

¹⁰ PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (Plano de redução de pobreza do governo moçambicano).

Em Setembro 2005 deu-se início às negociações do PAC 2006¹¹, assinado em 2 de Novembro 2005, por altura da visita do Presidente da República de Moçambique a Portugal, com um envelope financeiro de 19.2 M€. Uma opção estratégica introduzida neste PAC foi a de a Cooperação Portuguesa passar a concentrar uma parte da sua ajuda numa determinada área geográfica, a fim de integrar esforços que potenciem uma maior eficácia da intervenção e o desenvolvimento integrado do território alvo, tendo sido identificado o *Cluster* da Ilha de Moçambique.

São Tomé e Príncipe

O PAC 2005 foi assinado em 22 de Dezembro de 2004, com um envelope financeiro de 10.5 M€ e 30 projectos/programas, atingindo uma taxa de execução global de 71%. O financiamento do IPAD alcançou os 68%.

Quadro 8
Execução PAC 2005

S. TOMÉ E PRÍNCIPE									
Montante Inscrito nos PAC 2005			Execução dos PAC 2005						
IPAD	Outras Entidades	Total global	IPAD	%	Outras Entidades	%	Total Global	%	
4.593.200	5.906.770	10.499.970	3.107.086	68%	4.364.134	74%	7.471.220	71%	

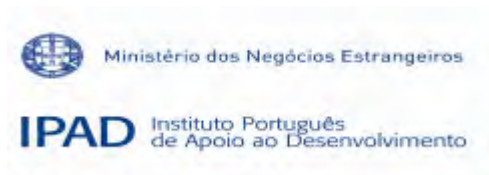
Foram definidos como eixos prioritários a Valorização de Recursos Humanos e Capacitação Técnica (Educação, Formação Profissional e Qualificação de Quadros e Capacitação Institucional e Assistência Técnica), o Apoio ao Reforço dos Serviços e Infra-estruturas Básicas (Reforço da Prestação de Cuidados de Saúde, Rede de Protecção Social e Reforço de Outros Serviços Básicos) e um eixo destinado a Acções Complementares.

A 6 de Dezembro, realizou-se, em Bruxelas, uma *Mesa Redonda de Doadores para S. Tomé e Príncipe*, onde foi anunciado o contributo de Portugal para 2006, com base no montante de 10,6 M€ projectado para o PAC 2006.

Timor Leste

A cooperação de Portugal com Timor Leste teve por base o PAC de 2005, assinado a 6 de Janeiro de 2005 e que previu um envelope financeiro de 29.5 M€, obtendo uma taxa de execução global de 79%. Os montantes disponibilizados pelo IPAD atingiram uma execução de 74%.

¹¹ O processo de negociação e de preparação do PAC representou um trabalho conjunto da DS PFP - Divisão de Coordenação Geográfica e da DS BIL II - Divisão de Gestão de Projectos III (Moçambique e Outros Países).



Quadro 9 Execução PAC 2005

Unidade: Euros

TIMOR LESTE									
Montante Inscrito nos PAC 2005			Execução dos PAC 2005						
IPAD	Outras Entidades	Total global	IPAD	%	Outras Entidades	%	Total Global	%	
12.618.199	16.881.801	29.500.000	9.383.099	74%	13.894.765	82%	23.277.864	79%	

Estiveram em curso um total de 67 programas e projectos a nível bilateral.

A nível multilateral, a ajuda portuguesa incidiu no apoio ao Orçamento de Estado e no apoio ao *Trust Fund East Timor* (TFET), ambos programas geridos pelo Banco Mundial, bem como no Programa do PNUD de *Melhoria do acesso à justiça através do desenvolvimento de capacitação e o estabelecimento de uma bolsa formal de tradutores e intérpretes na área do Direito*. Registe-se ainda o apoio dado no âmbito da realização da Reunião de Parceiros para o Desenvolvimento, em Dili, de 24 a 26 de Abril, e da realização, em Lisboa, da reunião do Banco Mundial relativa às negociações do *Consolidation Support Program* (apoio orçamental).

2.3 Divisão de Avaliação (DA)

Compete à DA avaliar a execução dos programas, planos e projectos de ajuda pública ao desenvolvimento, por sectores ou países, em função dos objectivos definidos, directamente ou através de avaliação externa¹².

Avaliações da Cooperação Portuguesa

⇒ Avaliação ao projecto do *Centro Experimental de Fomento Frutícola e Hortícola do Quebo*, na Guiné-Bissau: concluída e feita a disseminação dos resultados.

⇒ Avaliação da *Política de Bolsas do IPAD*: em curso, tendo sido concluída a fase de trabalho de campo. A não conclusão desta avaliação, tal como tinha sido programada, deveu-se a problemas relacionados com a disponibilidade e recolha dos dados nas duas primeiras fases de trabalho – de gabinete e no terreno.

⇒ *Eficácia Interna da Cooperação*: foram elaborados os Termos de Referência para discussão com a Direcção do IPAD.

¹² Despacho nº22 251/2004 (2ª série), de 13 de Outubro.



⇒ *Cooperação na área da Estatística*, foram elaborados os Termos de Referência para discussão com os actores envolvidos.

Avaliações Conjuntas

⇒ *Global Budget Support (CAD) e 3 C - Coerência, Coordenação e Complementaridade (UE)*: continuação do acompanhamento dos trabalhos.

⇒ *Exame do CAD à cooperação belga*: participação como examinador, o que envolveu trabalhos de análise documental e visitas à República Democrática do Congo, Marrocos, Bruxelas e Paris.

Participação em reuniões internacionais e outras actividades

⇒ Participação em reuniões de Unidades de Avaliação (rede de avaliação do CAD e chefes de avaliação da UE).

⇒ Exame do CAD à Cooperação Portuguesa – preparação do Exame com envio de documentação e organização, da visita dos examinadores a Timor Leste e a Lisboa.

⇒ Elaboração de um novo capítulo sobre auto-avaliação no Guia de Avaliação, – e conclusão de um Manual de Procedimentos interno para as avaliações externas.

⇒ Duas acções de formação sobre avaliação para técnicos do IPAD.

⇒ Avaliação do Acordo de colaboração entre o IPAD-IEE-ECDDPM (avaliação interna).

3. Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais I (DS BIL I) e Direcção de Serviços de Assuntos Bilaterais (DS BIL II).

A DS BIL I tem por missão a análise e acompanhamento da implementação dos programas e projectos de desenvolvimento relativos a Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Assuntos Transversais, bem como assegurar o funcionamento da Divisão de Bolsas. A DS BIL II desempenha a mesma missão relativamente à Guiné-Bissau, Timor-Leste, Moçambique e outros países, bem como assegurar o funcionamento da Divisão de Cooperantes.

Participação na preparação dos PAC de 2005 com os principais países parceiros, análise dos programas e projectos no âmbito dos PAC e apresentação de propostas relativas aos termos de financiamento pelo IPAD.

Realça-se o significativo trabalho de recolha de informação complementar para a instrução do processo de análise dos projectos apresentados, PAC ou extra-PAC, tanto junto de promotores, como das autoridades dos países beneficiários. Os maiores constrangimentos com que o IPAD se deparou nesta matéria, prendem-se com a exiguidade de informação disponível quanto à identificação e descrição dos projectos, à sua estruturação e às estimativas dos custos inerentes. Tendo esta dificuldade estado presente em grande parte dos projectos, tal facto acabou por conduzir à impossibilidade de, atempadamente, se poderem elaborar as propostas a submeter superiormente. Por outro lado, constatou-se que muitos projectos identificados nos PAC não correspondiam a intervenções devidamente estruturadas e estimadas, processo que teve de ser conduzido com o apoio dos serviços.

Foram ainda sentidos fortes constrangimentos ao regular processo de aprovação dos projectos de incidência plurianual, cujo financiamento exige portaria e/ou despacho conjunto, constituindo também um factor de forte perturbação à normal execução dos projectos.

Seguidamente se destacam os projectos mais significativos nos principais países parceiros.



Sector	Angola - Principais projectos
Educação	Mestrado em Ciências Jurídicas Políticas - Criação do primeiro Curso de Mestrado nesta área científica, destinado a docentes da Faculdade de Direito da UAN e a outros angolanos Licenciados em Direito.
	Cooperação entre a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e a Faculdade de Medicina da Universidade Agostinho Neto - Avaliação do curso de licenciatura em Medicina ministrado pela FMUAN, no sentido de otimizar as capacidades da Faculdade.
	Construção da 4ª Escola Pública do Ensino Básico Angolano, no Município de Belas/Morro Bento - Construção de uma escola para o ensino público angolano, a qual compreende 15 salas de aula, sala de professores, gabinete de director, gabinete psicológico, cantina, papelaria, arranjos exteriores, sendo feito, simultaneamente, o fornecimento de mobiliário e equipamento e a necessária fiscalização.
	Cooperação entre a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e a Faculdade de Economia da universidade Agostinho Neto - Apoio à organização de um Curso de Mestrado em Economia, na vertente de Políticas Económicas de Desenvolvimento, nomeadamente através de apoio institucional à estruturação pedagógica do Mestrado e leccionação de algumas das disciplinas por professores portugueses.
Saúde	Apoio à Formação pós-Graduada na área da Saúde Pública , contempla o apoio à organização das carreiras médicas e definição dos conteúdos programáticos e dos suportes legais das especialidades prioritárias da Saúde Pública.
	Apoio ao Controle de Doenças Infecciosas/Microbiologia , integra a capacitação na área do controle de doenças infecciosas, nomeadamente do controle de Meningites e tuberculose, e no desenvolvimento de capacidades nas áreas da Microbiologia.
Formação Profissional	Programa de Formação Profissional da ANEOP 2005 , cujo principal objectivo é a formação profissional de desmobilizados angolanos nas áreas da construção civil e obras públicas, por forma a permitir a sua reintegração social e a reconstrução do país.
	Apoio à Escola Técnica Profissional de Saúde de Luanda , contempla três objectivos específicos: apoio à leccionação de disciplinas; capacitação dos órgãos de gestão da escola; e criação de um Centro de Documentação e Informação e de um Laboratório Geral para as aulas práticas dos alunos do 1º e do 2º ano.
Capacitação Institucional	Plano Anual de Cooperação no domínio da Justiça . O PAC 2005 dá continuidade a um Plano sistematizado no domínio da Justiça, integrando domínios sob a alçada dos Ministérios da Administração Interna e da Justiça, iniciado em 2004. São objectivos do programa: a) <i>Cooperação entre o Instituto de Medicina Legal e a Direcção Nacional de Investigação Criminal de Angola</i> - Capacitação e o reforço institucional dos Ministérios da Justiça e do Interior e a modernização dos sistemas Jurídico e Judicial. b) <i>Capacitação e Reforço Institucional na área da Justiça</i> - Capacitação e o reforço institucional dos Ministérios da Justiça e do Interior e a modernização dos sistemas Jurídico e Judicial. As actividades abrangem o apoio técnico à revisão e actualização dos principais códigos, o apoio a reformas legislativas a formação de magistrados e quadros das estruturas centrais, bem como o fornecimento de equipamentos na criação de centros de formação e de bibliografia jurídica actualizada.
	Financiamento da elaboração da Lista Indicativa dos Bens Tangíveis e Intangíveis de Angola , através da UNESCO e com recurso a peritos portugueses, cujo objectivo é dotar o país de uma Lista Identificativa actualizada que permita preparar <i>dossiers</i> de candidatura a Património Mundial.
	Apoio à Publicação das Cartas Geológicas de Angola , de modo a contribuir para o reordenamento do território, através do apoio à publicação de diversas Cartas Geológicas e da capacitação do Instituto Geológico de Angola. Os objectivos incluem a publicação da Folha 335 (Lubango W) da Carta Geológica e da respectiva Notícia Explicativa, o desenvolvimento da investigação geológica complementar e a inventariação dos recursos geológicos da região.
	Desenvolvimento do projecto de Reestruturação e Expansão da Rede de Fontanários de Luanda , que visa melhorar o acesso da população de Luanda a água potável, através da recuperação de fontanários degradados e da construção de novos, da reformulação do modelo de gestão dos mesmos e da criação e capacitação duma estrutura interna na EPAL-EP, capaz de assegurar a gestão dos processos criados e a manutenção das infra-estruturas físicas.

Sector	Cabo Verde - Principais projectos
Educação	Colaboração no PADES – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário –, o qual consiste no apoio à contratação e à supervisão / orientação de professores a leccionar no Ensino Secundário, durante todo o ano lectivo, em vários estabelecimentos de ensino, quer na vertente geral, quer na vertente técnica dos cursos ministrados em Cabo Verde por este nível escolar.
	Promoção de Cursos de Licenciatura em Engenharia Rural e do Ambiente cujo objectivo geral é a formação de técnicos superiores, de carácter ambientalista, capazes de intervir na planificação e execução de políticas nestas áreas fundamentais.
Saúde	Implementação de um serviço de Oncologia Clínica , com capacidade instalada que permita o tratamento local de doentes oncológicos.
Formação Profissional	Apoio à Instalação de um Centro de Formação Profissional no Fogo/Brava , com o objectivo de dotar a Região do Fogo e Brava de infra-estruturas adequadas para a realização de acções de formação profissional.
Capacitação Institucional	Formação de Magistrados e Outros Quadros da Justiça. Tem como objectivo a capacitação e reforço institucional do Ministério da Justiça de Cabo Verde e a modernização dos sistemas jurídico e judicial, através de apoio às reformas legislativas em curso; formação e capacitação de quadros nas áreas da Magistratura, Registos e Notariado, ao nível da gestão de reclusos e da estruturação dos sistema estatístico dos tribunais e de subinspectores da PJ; e, instalação de novas tecnologias.
	Apoio ao Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde , por fim a melhorar o funcionamento, as condições de trabalho e os serviços prestados pelo AHNCV integrando as seguintes actividades: iniciar um programa de formação para técnicos de arquivo; realizar um estudo de implementação de um arquivo audiovisual; fornecer materiais e equipamentos para completar a Oficina de Restauro e Encadernação; equipar uma sala de conferências e projecção; instalar uma rede estruturada para suporte de ligação informática, bem como software técnico.
	Recuperação do Edifício do Centro Histórico do Mindelo , para instalação de Mediateca, respeitando a sua traça arquitectónica e adequando-o ao fim em vista, tendo presentes os vários espaços que se pretende criar (nomeadamente espaços destinados a consultas, a exposições, a acesso à internet e a leituras). Simultaneamente, dotar-se-á o Edifício do equipamento necessário às funções que estão previstas.
	Elaboração de um diagnóstico da situação e apresentação de possíveis vias para a Requalificação da Praia de Quebra Canela .
	Definição de uma estratégia de intervenção para o Centro Histórico de S. Filipe (Cidade de S. Vicente) , incluindo instrumentos/planos de suporte à gestão urbanística que assegurem os objectivos de preservação e valorização do centro histórico.
	Prestação de Assistência Técnica na área do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras , dando-se continuidade à 1ª fase do Projecto de Apoio Informático do SEF ao seu congénere cabo-verdiano DEF (Direcção de Emigração e Fronteiras). Pretende-se a aquisição e instalação de equipamento informático e <i>software</i> específico, que permitirão o controlo de fluxos migratórios e a detecção de documentos falsos ou falsificados.
	Apoio ao projecto Casa do Cidadão , que tem como objectivo dotar as instalações da Casa do Cidadão com Mobiliário, Divisórias e Rede Informática e de Comunicações, de modo a que desempenhar as suas funções de forma efectiva e eficiente.

Sector	Cabo Verde - Principais projectos (cont.)
Projectos Extra-PAC	<p>Apoio à Escola Amor de Deus, escola modelo do Ensino Público cabo-verdiano, que abrange 700 alunos provenientes de bairros carenciados, através da instalação de 2 laboratórios de Físico - Química e arranjos exteriores (vedação e alpendre), permitindo assim a leccionação do 12º ano.</p>
	<p>Apoio Institucional à Agência de Segurança Alimentar (ANSA) de Cabo Verde, sob a forma de uma Assistência Técnica com principal incidência nos aspectos: de funcionamento do observatório de mercado; da elaboração de estudos de carácter socio-económico e de mercado; da gestão da ajuda alimentar; da regulação de determinados aspectos normativos e institucionais; e, da formação complementar em segurança alimentar – produção/abastecimento e consumo alimentar.</p>
	<p>Apoio à ACVER (Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais), ONG que está a implementar o Programa de Luta Contra a Pobreza Rural (co-financiado pelo FIDA) e que tem como objectivo a promoção do desenvolvimento local através do reforço das capacidades e das parcerias entre as organizações comunitárias de base.</p>
	<p>Reabilitação do Jardim Municipal Monsenhor Bouças, situado na Praça Central da Vila da Ribeira Brava – Ilha de S. Nicolau – (já com mais de 60 anos) e do seu património histórico e cultural.</p>
	<p>Implementação da 3ª fase do Apoio Institucional à ANSA (Agência de Segurança Alimentar de Cabo Verde), com incidência nos aspectos da regulação, nomeadamente em matéria de importação, gestão de <i>stocks</i> distribuição e funcionamento do mercado - e nos instrumentos - normas e regulamentos - de que a Agência deve dispor para exercer a sua função de supervisão dos mercados alimentares de base.</p>

Sector	Guiné-Bissau - Principais projectos
Educação	<p>Cooperação entre a Faculdade de Direito de Lisboa e a Faculdade de Direito de Bissau - Iniciado em 1990, este projecto tem como objectivos: o apoio à formação de licenciados em Direito, através da presença de 5 docentes portugueses da FDL em Bissau; o apoio à capacitação de docentes guineenses e a aquisição e envio de bibliografia. Para além deste tipo de intervenção, destaca-se a realização anual de Jornadas Jurídicas (com publicação das actas) e Constitucionais; a publicação de uma obra jurídica por ano (a partir de trabalhos de mestrado ou doutoramento de alunos guineenses da FDUL). De salientar ainda que, no presente ano lectivo, a FDB iniciou a licenciatura em Administração Pública igualmente com o apoio da FDUL.</p>
	<p>Cumprimento do protocolo relativo às Escolas do Interior, compromisso ainda assumido pela ex-APAD, para o qual foi preparado o Protocolo de enquadramento do apoio financeiro do IPAD, integrando a reabilitação e reapetrechamento de Escolas definidas pelas autoridades guineenses no interior do país. Efectivamente as condições em que funcionam as instalações onde são leccionados os ensinós básico e secundário em várias localidades do interior do país, encontram-se em elevado estado de degradação e o (pouco) equipamento disponível, para além de escasso e muito degradado, é inadequado às funções para que se destina.</p>
	<p>Celebração do Protocolo relativo aos Liceus de Bafatá e Gabú (duas das principais cidades do país), os quais apresentam manifestas necessidades de reparação, tanto ao nível de interiores, como de exteriores. Foi, assim, preparado o Protocolo de enquadramento do apoio financeiro do IPAD (trata-se de compromisso herdado da ex-APAD) para as obras de reabilitação física dos Liceus e para o reapetrechamento dos mesmos.</p>
Saúde	<p>Celebração do Protocolo relativo ao Hospital de Bafatá, que comporta o enquadramento do apoio financeiro do IPAD (trata-se de compromisso herdado da ex-APAD) relativo à reabilitação e reapetrechamento do Hospital de Bafatá, que serve a segunda maior cidade da Guiné-Bissau, sofrendo há já longo tempo de enormes <u>carências ao nível das infra-estruturas e equipamentos</u>.</p> <p>Apoio à prevenção da Malária, através da aquisição de Redes de Mosquiteiros que se destinam à prevenção dos recrudescimentos da malária na época das chuvas e foram distribuídas pela Caritas da Guiné-Bissau, através de 28 centros de assistência, estimando-se que sejam abrangidas 9.000 grávidas e 1.850 desalojados com esta acção. A acção foi enquadrada pela CPLP.</p>
Capacitação Institucional	<p>Formação de magistrados e apoio à elaboração de leis e regulamentos - através do Ministério da Justiça de Portugal é proporcionada formação a magistrados guineenses em Portugal, e apoio à elaboração de leis e regulamentos no quadro da legislação comunitária (CEDEAO e UEMOA).</p>
	<p>Apoio à adaptação do Direito Interno aos Actos Uniformes da Organização para a Harmonização em África do Direito Comercial (OHADA), através do financiamento do trabalho técnico de levantamento e recolha de legislação.</p>
	<p>Aprovação do Plano de Actividades de 2005 no quadro do Protocolo de Execução do Projecto do Centro Experimental Frutícola e Hortícola do Quebo, em vigor até 30 de Outubro de 2005. O financiamento permitiu que o projecto dispusesse dos meios necessários para assegurar o desenvolvimento das actividades correntes do Centro do Quebo, sob pena de se degradarem instalações, equipamentos e culturas, cuja recuperação seria morosa e exigiria novos investimentos.</p>
	<p>Apoio à Publicação da Carta Geológica da Guiné-Bissau, com um financiamento para o arranque da edição digital e publicação da carta geológica do país, permitindo ultrapassar as lacunas existentes de dados geológicos editados (a última carta é de 1964), bem como constituir um importante instrumento de planeamento respeitando princípios de desenvolvimento sustentável.</p>
<p>Financiamento da adesão à Agência Multilateral de Garantia de Investimento (MIGA), com base na convicção de que a adesão à MIGA prossegue o objectivo do Governo de melhorar as condições de investimento para atracção de Investimento Directo Estrangeiro.</p>	

Sector	Moçambique - Principais projectos
Educação	<p>O projecto Escolas de Artes e Ofícios (EAO) iniciou-se em 2001, e visa apoiar a reactivação do ensino de artes e ofícios no país mediante a concepção de programas e materiais pedagógicos, a formação de professores, a reabilitação da rede de EAO (constituída por 37 escolas) e a sua coordenação técnica e pedagógica. A 2ª fase do projecto consiste no apoio directo à Direcção Nacional do Ensino Técnico (DINET) de Moçambique e às Escolas. Refira-se que no Plano Estratégico de Educação em Moçambique, o ensino técnico-profissional constitui a principal prioridade, pelo que se encontra numa fase de reestruturação em todos os níveis – Básico, Elementar e Médio. O MINED pretende eliminar o ensino profissional de nível Básico e, progressivamente, substituí-lo pelo ensino profissional de nível Elementar, com o objectivo de expandir o modelo testado nas 5 Escolas piloto a mais 10 Escolas.</p>
	<p>Cooperação entre a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) e a Faculdade de Direito da Universidade Eduardo Mondlane (FDUEM) - o projecto incide na formação universitária e especialização de recursos humanos da FDUEM e visa dotar Moçambique de um corpo docente para as áreas jurídicas, capaz de assumir responsabilidades científicas e pedagógicas dentro da FDUEM e, desde modo, contribuir para a consolidação daquela Faculdade enquanto escola de formação jurídica ao serviço da comunidade, reforçando o Estado de Direito e Democracia no país.</p>
	<p>Financiamento do Projecto “Reabilitação Física da Escola Básica Agrária do Chokwé”, que visa a realização de obras de reabilitação das instalações da EBAC e seu equipamento.</p>
	<p>Apoio ao Projecto Pensa@Moz, desenvolvido pela Universidade de Aveiro, que prevê o desenvolvimento do ensino da Matemática, de forma integrada com a prática do português, utilizando o computador como instrumento de trabalho.</p>
Saúde	<p>Fomento do Projecto de Prestação de Cuidados de Saúde Primários e de Formação de Profissionais de Saúde na Escola de Formação de Chicumbane - Xai-Xai, cujo objectivo é melhorar a cobertura assistencial nos Cuidados de Saúde Primários no Distrito de Xai-Xai e promover o desenvolvimento e valorização dos recursos humanos na saúde.</p>
Formação Profissional	<p>Apoio ao Projecto de Cooperação na área das Polícias, que visa capacitar e reforçar os meios humanos da Polícia da República de Moçambique (PRM), envolvendo diversas áreas de formação, como a Formação de Oficiais com o Curso de Licenciatura em Ciências Policiais; a Docência na Academia de Ciências Policiais; o Enquadramento operacional de Oficiais Graduados dos Cursos de Licenciatura de Ciências Policiais; a Formação de Secções de Intervenção Rápida, entre outras.</p>

Sector	Moçambique - Principais projectos (cont.)
Capacitação Institucional	<p>Apoio à Expansão Sustentada do GAPI - Sociedade de Promoção de Pequenos Investimentos – Financiar a vertente de Assistência Técnica de longa-duração visando apoiar a expansão sustentada do GAPI no nicho de mercado identificado – pequenas e médias empresas agrícolas que actuam no sector agrícola e agro-industrial, através da descentralização dos serviços e da melhoria do nível de intervenção operacional. O Projecto visa também, apoiar o GAPI na criação de estruturas de concessão de crédito rural fora das zonas de maior concentração de investimento, promovendo desta forma um desenvolvimento sócio-económico mais descentralizado e equilibrado.</p>
	<p>Apoio financeiro para o estabelecimento dum Telecentro em Maputo, que permita disponibilizar meios de comunicação e informação modernos à população local, designadamente ao sector estudantil, empresarial e aos estrangeiros com estadias de curta duração em Maputo. Visa familiarizar, sobretudo, os jovens com as Novas Tecnologias da Informação e contribuir para o combate à info-exclusão.</p>
	<p>Aproveitamento de Fins Múltiplos da Barragem de Bué Maria, visa reunir as condições jurídico-formais para se proceder ao lançamento do “Concurso Internacional para Elaboração do Projecto da Barragem de Bué Maria e Infraestruturas Anexas” e posterior execução do mesmo. As actividades compreendidas constituem dois grupos distintos: os procedimentos formais com vista à contratação de uma entidade para executar os Estudos e Projectos necessários e a realização dos estudos e projectos.</p>
	<p>Concessão de apoio financeiro ao Laboratório de Análise da Qualidade da Água para a melhoria do controlo das análises da qualidade da água captada, tratada e distribuída pela empresa Águas de Moçambique. A actividade de controlo de qualidade da água no sistema de abastecimento a Maputo é actualmente desenvolvida no Laboratório Central da Empresa Águas de Moçambique, sendo que este Laboratório é responsável pelas análises de controlo de qualidade e tratamento dos respectivos resultados das amostras, recolhidas em diversos pontos do sistema.</p>
	<p>O Programa de Desenvolvimento Rural da Costa Litoral de Cabo Delgado é um projecto executado em parceria com a Fundação Aga Khan, cujo objectivo é promover o desenvolvimento sócio-económico nas comunidades rurais de Cabo Delgado, em particular as mais desfavorecidas. Abrange a melhoria das capacidades das populações rurais para gerir o desenvolvimento ao nível comunitário, a promoção da segurança alimentar e a geração de rendimentos, a melhoria da qualidade e acesso à saúde em particular das mulheres e crianças, o desenvolvimento de iniciativas de cuidados e desenvolvimento da primeira infância. O Programa desenvolve-se em 42 aldeias rurais, abrangendo mais de 16.000 famílias dos distritos de Quissanga, Ibo e Maconia. Prevê-se a expansão do projecto a um total de 64 aldeias dos Distritos de Macomia, Pemba-Metugue e Meluco.</p>
	<p>Apoio à Capacitação Técnica do Instituto Nacional de Hidrografia e Navegação e ao desenvolvimento das estruturas técnicas do INAHINA envolvendo, principalmente, a assessoria técnica à organização do sistema de cartografia assistida por computador; a assessoria técnica no âmbito do projecto de extensão da Plataforma Continental de Moçambique; e a capacitação de técnicos do INAHINA nos domínios da Hidrografia, Faróis e Oceanografia.</p>
	<p>Capacitação e Reforço Institucional na Área da Justiça – visa acções de cooperação nas áreas de formação, reformas legislativas, assessorias jurídicas, apoio documental, palestras, seminários e formação de curta duração através da videoconferência.</p>

Sector	São Tomé e Príncipe - Principais projectos
Educação	Colaboração no Programa de Apoio ao Ensino Secundário , onde se deu reforço do corpo docente, mediante a contratação de professores portugueses para áreas necessitadas, fe foi lançada uma experiência piloto de ensino profissionalmente qualificante, a partir do 10º ano e até ao 12º ano.
Saúde	<p>Participação no Programa de Apoio ao Centro Hospitalar de São Tomé e Príncipe, desenvolvido em quatro áreas: a) Coordenação das acções a implementar e continuação do apoio à organização do CHSTP; b) Missões técnicas de curta duração, englobando formação profissional de médicos e técnicos de saúde (em STP) e realização de estágios de curta duração, em Portugal, em áreas específicas; c) Reforço da capacidade tecnológica instalada (meios auxiliares de diagnóstico); d) e apoio assistencial, mediante o fornecimento de produtos farmacêuticos e consumíveis. O Programa conheceu um importante revés quando, em Outubro de 2005, ocorreu um incidente entre a Direcção do Hospital e a equipa de médicos portugueses, tendo aquela posto em causa as actividades desenvolvidas pela Cooperação Portuguesa no Centro Hospitalar. Este incidente ditou a sua exclusão do Programa Anual de Cooperação para 2006.</p> <p>Apoio ao Projecto Saúde para Todos - Reforço dos cuidados preventivos e primários de saúde - resulta de uma parceria entre a ONGD Marquês de Valle Flor e o IPAD consubstanciada num Acordo de Parceiros celebrado em Maio de 2005. O objectivo é apoiar a constituição de uma rede integrada de cuidados de saúde, contemplando também as vertentes de formação e capacitação, reforço institucional, infra-estruturas, abastecimento de água e saneamento. O grupo alvo é a população dos distritos de Mé-Zochi, Cantagalo, Lobata, Lembá e Água Grande, que constitui cerca de 80% da população total do país.</p>
Capacitação Institucional	<p>Assistencia Técnica na area da Justiça e Reformas legislativas - visa acções de cooperação nas áreas de formação, reformas legislativas, assessorias jurídicas, apoio documental, palestras, seminários e formação de curta duração.</p> <p>Reabilitação do Arquivo Histórico Nacional de S. Tomé e Príncipe e do Arquivo do Príncipe, mais concretamente, reforço institucional e reabilitação dos Arquivos nacional e regional e promoção do tratamento e condições de arquivo do seu acervo.</p> <p>Assistência Técnica aos Aeroportos de São Tomé e Príncipe e Segurança Aeroportuária, que consistiu na identificação das carências ao nível das infra-estruturas aeroportuárias do país, quer ao nível das próprias infra-estruturas, quer ao nível do pessoal, organização e regulação nas áreas relacionadas com a segurança e ainda, o levantamento da situação actual em termos de segurança aeroportuária.</p> <p>Apoio nas áreas da Geodesia, Cartografia e Cadastro, através do suporte de uma missão técnica do Instituto Geográfico Português, com vista ao levantamento de necessidades e à concepção de um plano de acção nestas áreas, de modo a serem identificados projectos concretos, para executar no futuro imediato.</p>

Sector	Timor Leste - Principais projectos
Educação	<p>Núcleo de Apoio aos Bolseiros Timorenses – Financiamento de um Núcleo a funcionar junto da Embaixada de Timor Leste em Lisboa, com o objectivo de melhorar o aproveitamento e integração sócio-escolar dos bolseiros e de contribuir para a eficácia da formação e qualificação dos futuros quadros do país.</p>
	<p>Criação de um curso de Direito na Universidade de Timor Leste – visa apoiar a criação dum curso de Direito, com o objectivo de responder às necessidades em recursos humanos e de resolver os impasses do sector da Justiça, nas suas diversas vertentes (Tribunais, Defensoria Pública, Procuradoria Geral da República e advogados privados). O curso terá a duração total de 5 anos, compreendendo 3 anos nucleares, precedidos dum ano vestibular e com um ano final de especialização. Pretendendo-se que o primeiro grupo de licenciados surja no final de 2010.</p>
Saúde	<p>Prestação de Cuidados de Saúde: Clínica de Motael – Prestação de Cuidados Básicos de Saúde à comunidade portuguesa, designadamente aos cooperantes – ao abrigo da legislação aplicável –, contingente dos professores de português e outros expatriados ao abrigo de projectos de cooperação, pessoal da Embaixada e destacadas individualidades timorenses.</p>
Capacitação Institucional	<p>Ajustamentos ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural em Timor Leste (PADRTL) que visam a consolidação do mesmo em torno de actividades e áreas geográficas assumidas como estratégicas. Em termos de estratégia de intervenção, o PADRTL pretende criar dinâmicas de crescimento económico baseadas em actividades agrícolas e outras paralelas e complementares às funções produtivas, assentes nos seguintes pressupostos: i) sustentabilidade económica das intervenções; ii) criação de estruturas institucionais capazes de assegurar a continuidade dos trabalhos do ponto de vista da organização interna; iii) criação de capacidades técnicas para assegurar a continuidade dos projectos; iv) sustentabilidade ambiental numa óptica de gestão racional, conservação e reabilitação dos recursos naturais. As actividades do PADRTL (2005-2006) centraram-se nas seguintes vertentes: redução das carências alimentares mais imediatas das populações; intensificação e diversificação das denominadas culturas de rendimento, principalmente café e baunilha, e também algumas espécies florestais; melhoria da gestão da água e dos solos.</p>
	<p>Programa de Apoio à reconstrução de Timor-leste / GERTIL (Grupo de Estudos de Reconstrução de Timor-Leste) – As actividades centraram-se nas seguintes áreas: i) desenvolvimento de um sistema de planeamento que enquadre futuras acções sobre o território; ii) formação de técnicos nas várias áreas, de forma a criar capacidade nos serviços correspondentes; iii) promoção do conhecimento do território e criação de ferramentas de apoio à decisão em planeamento e gestão urbanística.</p>
	<p>Apoio ao Aeroporto de Díli – promover a melhoria das condições de segurança e de funcionamento do Aeroporto, consolidando e aprofundando a formação, prática e teórica, ministrada anteriormente pelo Consórcio ANA/NAV/ADA aos Controladores Aéreos e Oficiais de Operações Aeroportuárias do ACD; supervisionar e assegurar o regular funcionamento, operacional e organizacional, do Departamento de Operações Aeroportuárias do ACD; e agilizar a coordenação permanente dos serviços aeroportuários com os seus diversos clientes/utilizadores e a Direcção de Aviação Civil timorense. Para 2005 as autoridades timorenses solicitaram um ajustamento a outras necessidades consideradas mais relevantes e imediatas, ao nível da legislação e regulamentação do sector da aviação civil e capacitação nas áreas financeira e administrativa.</p>
	<p>Assessorias técnicas em ministérios e gabinetes sectoriais, visando a construção de uma nova administração nacional a partir das capacidades locais humanas, técnicas e institucionais e os Programas de Cooperação nos domínios da Justiça e da cooperação técnico-militar.</p>

Elaboração de Pareceres Prévios sobre Programas/Projectos no quadro da CPLP, no âmbito multilateral e no quadro de iniciativas da Sociedade Civil.

O IPAD possui competências próprias¹³ para emissão de parecer prévio sobre os programas de cooperação e de ajuda pública ao desenvolvimento financiados e realizados pelos organismos do Estado e por outras entidades públicas. Foram emitidos vários *pareceres prévios*, nomeadamente relativos a intervenções da responsabilidade do Ministério da Segurança Social e do Trabalho, no âmbito da CPLP e, a nível multilateral, no quadro do PNUD e da UNESCO.

Participação em Grupos de Trabalho específicos no quadro da UE.

Destacam-se os principais.

- ⇒ *Grupo Informal de Peritos relativo à Facilidade da Água ACP-EU*: esta iniciativa orienta-se para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio relacionados com água e saneamento, visando catalisar financiamento adicional para assegurar a criação sustentável de infra-estruturas de água e saneamento, bem como, melhorar as práticas de gestão integrada da água nos países ACP. Foram disponibilizados 500M€ do 9º FED em duas tranches de 250M€. Neste contexto o IPAD organizou, em colaboração como o ICEP e com o apoio da Unidade da Facilidade para a Água da CE, um *Seminário de Divulgação da Facilidade para a Água*, destinado a ONG, Empresas, Universidades, Municípios, Embaixadas dos PALOP em Portugal¹⁴. O Seminário contou com a participação de Alessandro Mariani, Chefe da Unidade da Facilidade para a Água da CE.
- ⇒ *Reunião de Peritos na área do Desenvolvimento e as questões do Género* (Bruxelas, 17 de Janeiro): A reunião abordou três principais temáticas, nomeadamente, a evolução da estratégia da UE em matéria de Igualdade de Sexos e o Desenvolvimento, a identificação das contribuições dos Estados Membros relativamente à nova estratégia europeia e reforço da questão da redução da pobreza e a questão da preparação da Revisão da Conferência de Pequim+10.
- ⇒ *Duas reuniões de Peritos do EM na área do HIV/SIDA e População*: O IPAD integrou a delegação portuguesa na qual participou o Coordenador da Comissão Nacional de Luta Contra a SIDA.

¹³ N.ºs 2 e 3 do art.º 2.º do Anexo ao Decreto-lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro.

¹⁴ Entidades potencialmente interessadas em participar na apresentação de candidaturas para financiamento.

Outras Actividades

Com o objectivo de estabelecer as regras de co-financiamento a projectos de cooperação promovidos por estruturas portuguesas do poder local, no âmbito das estruturas congéneres dos países parceiros, em especial os PALOP, e considerando a necessidade de substituir anteriores acordos de natureza análoga, foi preparado um *Acordo de Parceiros entre o IPAD e a Associação Nacional de Municípios Portugueses*. O Acordo estabelece um regulamento para apresentação de candidaturas, sua análise, aprovação e acompanhamento, bem como, uma minuta tipo de contrato de financiamento.

Programa PIR-PALOP II

Este programa comunitário, assinado em Março de 1997, integra dois projectos co-financiados pela cooperação portuguesa nas áreas da justiça e da administração, e um terceiro, na área da estatística, a que Portugal se associou de forma complementar com projecto autónomo, tratando-se de intervenções de grande impacto e importância para a consolidação dos processos democráticos nos PALOP.

Projecto ADSJ (Desenvolvimento dos sistemas jurídicos): As actividades técnicas de execução evoluíram conforme calendarizadas, estando programada a extensão do projecto até 2008. Das acções inscritas a que revelou constrangimentos foi a criação da “Base de dados com acesso via internet - LEGISPALOP”, a ser alvo de especial atenção na fase de extensão prevista.

Projecto CCAP (Consolidação das Capacidades da Administração Pública): As actividades técnicas de execução evoluíram em 2005 com alguma perturbação dado que o projecto se debateu com dificuldades de recepção de financiamento por parte das instâncias comunitárias. Contudo, o atraso foi recuperado tendo sido executadas todas as actividades calendarizadas, salientando-se a tomada de importantes decisões de carácter prático quanto a metodologias de implementação, nomeadamente, a criação de sinergias e complementaridades com outros projectos.

Projecto Complementar Português (área da estatística): Este projecto “visa desmultiplicar no terreno o projecto comunitário de cariz exclusivamente regional”, consistindo na aplicação de metodologias comuns nas entidades homólogas nos 5 PALOP. Também de execução plurianual, de 2004 a 2007, não realizou, ainda, qualquer acção das programadas por variadas razões, tendo-se o INE comprometido a recuperar, em 2006, o calendário em atraso, salientando-se ter o projecto comunitário tido, em 2005, uma execução plena em relação às actividades planeadas.



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

Divisão de Bolsas (DB)

Formação em Portugal – PALOP e de Timor-Leste¹⁵.

A atribuição de bolsas para o ensino público/privado, teve em consideração os seguintes factores:

⇒ Critérios para atribuição de bolsa

Anualmente solicita-se às autoridades dos países parceiros, através das Embaixadas, a indicação das prioridades de formação para o ano seguinte, bem como o nível de ensino pretendido, privilegiando os níveis de doutoramento, mestrado e licenciatura. É igualmente pedida a pré-selecção de candidatos a bolseiros, para posterior selecção pelas autoridades portuguesas, face aos critérios de selecção indicados pelo país e à disponibilidade de vagas.

⇒ Bolsa e Componentes

O montante da bolsa mensal, foi estipulado para o ano civil de 2005, com base numa actualização de 2,2% dos valores praticados no ano anterior, contemplando todos os níveis, parcelas para a manutenção do estudante, subsídio de instalação (para os que têm bolsa pela 1ª vez) e subsídio de propinas que, no caso do nível de licenciatura (no ensino superior oficial) é liquidado na totalidade; e, ainda a nível de licenciatura, o subsídio mensal de alojamento (ou em alternativa concessão de alojamento em residência académica, a pedido do estudante e quando existe vaga) e um subsídio de material didáctico.

⇒ Número de Bolseiros em formação

Foram privilegiadas as candidaturas para cursos de Mestrado e Pós-Graduação¹⁶, em áreas de formação identificadas como relevantes nos PIC e nos PAC. Esta decisão foi revista, por despacho de 20 de Junho de 2005, mediante factos relevantes, entretanto apresentados, tendo sido concedidas bolsas para licenciatura à Guiné-Bissau, por inexistência do 12º ano de escolaridade e deficiente ensino superior e a S.Tomé e Príncipe, por existir apenas um estabelecimento de ensino com 12º ano e um de ensino superior. Angola e Moçambique não foram contemplados com bolsas de licenciatura, à excepção das bolsas que não foram utilizadas no ano lectivo de 2004/05 (respectivamente 17 e 15 bolsas). Relativamente a Cabo Verde e Moçambique, despachos que autorizaram, a título excepcional, a concessão de, respectivamente, mais 2 e 9 bolsas de licenciatura.

¹⁵ Enquadramento legal feito ao abrigo de diversos Acordos de Cooperação Bilaterais subscritos com cada um dos PALOP e pelo Despacho conjunto MNE/ME de 18.05.1995 (DR nº 115, de 18.Maio.1995). No que respeita aos bolseiros timorenses, neste ponto apenas serão incluídos os bolseiros anteriores a 2001 e que já residiam em Portugal aquando da atribuição da bolsa. Relativamente aos restantes bolseiros timorenses que vieram para Portugal a partir de 2001, serão focados num ponto independente, face ao tratamento de excepcionalidade de que foram alvo.

¹⁶ Despacho de Sexa. SENEAC de 06 de Maio de 2005.

Quadro 10 Contingente de novas bolsas e renovações

Ao abrigo do Despacho Conjunto de 18.05.95, reportando a 31.12.05

País	Bolsas em Portugal						TOTAL	
	Secundário	Licenciaturas *		Mestrados		Doutoramentos		
		Ren.	Novas	Ren.	Novas	Ren.		Novas
Angola	0	23	9	5	0	2	0	39
Cabo Verde	0	86	0	11	16	1	5	119
Guiné-Bissau	1	53	8	9	6	6	2	85
Moçambique	0	45	13	6	10	3	1	78
S. Tomé e Príncipe	0	38	7	3	3	2	0	53
Timor Leste**	0	5	0	0	0	0	0	5
TOTAL	1	287		69		22		379

Fonte: Div. Bolsas

* Alguns dos estudantes contabilizados nas renovações 2005/06 terão, eventualmente, terminado a formação em 31Dez.

** Bolseiros anteriores a 2001, que já residiam em Portugal.

Ao nível do **Ensino Diplomático**, foi retomada em 2003 a formação na área da diplomacia, com a realização de um curso intensivo para diplomatas dos PALOP e Timor-Leste. Os encargos com este tipo de formação são assumidos integralmente pelo IPAD, bem como o apoio logístico-administrativo, sendo da responsabilidade do Instituto Diplomático o planeamento, a organização do curso e o apoio aos formandos.

No âmbito do **Ensino Militar**, e em função de programas de cooperação estabelecidos com cada um dos países parceiros, o Ministério da Defesa Nacional (através dos três Ramos das Forças Armadas) atribui anualmente vagas para formação em estabelecimentos de ensino militar, a militares e jovens destes países, de acordo com uma verba disponibilizada pelo IPAD.

Quadro 11 Bolsas concedidas pelo Estado Português - Outros Cursos

Formação	Cursos	Formandos
Ensino Diplomático	3ª Edição do Cursos Intensivo para Diplomatas	21
Ensino Militar *	Formação técnico-militar	112
Ensino Policial	Segurança Interna na Escola Superior de Polícia	14
Pós-Graduação	2º Curso - Estudos Africanos e Desenvolvimento - Univ. Católica (ano lectivo 2004/05)	4
	3º Curso - Estudos Africanos e Desenvolvimento - Univ. Católica (ano lectivo 2005/06)	4

* Dados à data de 31 Dez.2005.

Quadro 12

Bolsas concedidas por outras entidades e geridas pelo IPAD

Área de Formação	Entidade que concede a Bolsa	Formandos
Formação em várias áreas	Governo do Luxemburgo - ao abrigo de Acordo Tripartido com São Tomé e Príncipe.	10
Formação em Estatística - Projecto COMSTAT	Comissão Europeia	2
Formação em Pescas	Ministério das Pescas de Angola, financiamento da Comissão Europeia	23

* Dados à data de 31 Dez.2005.

Formação em Portugal – Bolseiros Timorenses pós-2001.

Ao abrigo do Despacho conjunto nº 901/2001, dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Educação, publicado em 2 de Outubro e com vista a proporcionar a formação e qualificação de quadros timorenses, o Governo português disponibilizou o seu apoio através da concessão de bolsas de estudo para a frequência do Ensino Superior e de Escolas Profissionais, em Portugal. Chegaram a Portugal, entre Setembro/01 e Outubro/02, 335 bolseiros que foram encaminhados para os dois níveis de ensino: Ensino Superior (219) e Ensino Técnico-Profissional (116).

Em 2003 o programa sofreu ajustamentos, face ao insucesso escolar em diversos estabelecimentos de ensino superior, originado por diversos factores, designadamente, falta de conhecimentos da língua portuguesa, bases científicas e mesmo falta de “vocação” para o curso frequentado, bem como, por problemas de inserção social. Esta situação determinou, a título excepcional, a possibilidade de mudança do Ensino Superior para o Ensino Técnico Profissional a 76 estudantes. Esta mudança foi regulamentada pelo despacho conjunto nº 135/2004.

De assinalar que, desde o início do Programa, terminaram a formação 80 bolseiros. O contingente inicial encontra-se, à data de 31 de Dezembro, reduzido a 104 estudantes timorenses - 48 frequentam o Ensino Superior e 56 estão colocados no Ensino Técnico-Profissional. O decréscimo do número de bolseiros prende-se, designadamente, com desistências, desaparecimentos, cancelamento de bolsa por falta de aproveitamento escolar ou por falta de assiduidade e, ainda, por não terem sido entregues documentos para renovação de bolsa.

Bolseiros Não Lusófonos

Para além dos contingentes de bolseiros dos PALOP e de Timor Leste abrangidos por legislação específica, existem bolseiros de outros países cuja vinda para Portugal e atribuição de bolsa de estudo se deve a decisão política, sendo a estada académica e respectiva bolsa regidas, por extensão e analogia, pelo Despacho conjunto de 18 de Maio. Estão nesta situação 9 bolseiros da Palestina (8 licenciaturas em medicina/medicina dentária e 1 mestrado), 5 da Guiné Equatorial (2 encontram-se no ensino superior público e 3 no ensino superior privado).

Bolsas de Formação Profissional

A procura/atribuição isolada destas bolsas tem vindo a decrescer dado que se tem caminhado para projectos estruturados e estruturantes sendo uma das componentes a formação profissional. Incidiram na área da saúde (estágios de médicos), tendo sido financiados 6 formandos (3 de Angola, 1 de Moçambique e 2 da Palestina).

Bolsas Internas

Este projecto concede bolsas no terreno e visa gradualmente diminuir o número de bolsas de estudo em Portugal. Os critérios estabelecidos superiormente foram transpostos para Regulamentos específicos: (i) já aprovados: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste; (ii) aguardando aprovação: S.Tomé e Príncipe; (iii) aguardando definição da forma como deverá ser apresentado, face ao pedido de participação, neste projecto, de outros agentes de cooperação, encontra-se o Regulamento de Moçambique.

Quadro 13

Bolsas Internas	
País	nº de Bolsas
Angola	30
Cabo Verde	17
Guiné Bissau	46
Moçambique	8
S. Tomé e Príncipe	42
Timor Leste *	10
TOTAL	153

* Podendo atingir 20 neste ano lectivo.

Os bolseiros da Cooperação Portuguesa dispõem de um serviço de atendimento na Loja da Cooperação.

Divisão de Cooperantes (DC)

A DC promove, coordena e assegura a execução de programas de recrutamento e selecção de cooperantes, assim como, acompanha e apoia as actividades dos cooperantes.

Promoção, coordenação e execução de programas de recrutamento e selecção de novos agentes de cooperação

⇒ Enquadramento nos PAC, de acções que sustentam a permanência de agentes de cooperação nos PALOP e em Timor Leste, nas áreas prioritárias da Educação e da Saúde. De salientar a assessoria dos agentes a organismos governamentais e sociais de Timor Leste.

⇒ Execução das acções integradas em projectos de ajuda ao desenvolvimento, que assentam na instrução e acompanhamento dos processos dos agentes durante e após o período contratual, através do recrutamento e selecção de candidaturas às acções a implementar.

⇒ Prestação continuada de esclarecimentos a candidatos a agentes de cooperação, sobre as questões relativas às práticas da cooperação desenvolvida pelo Estado Português.

⇒ Coordenação interna das actividades dos cooperantes, em colaboração com os serviços que se ocupam da programação e do acompanhamento dos projectos. Orçamentação e execução na área financeira. Articulação das actividades com os Organismos que detêm competências nas áreas da cooperação, bem como com os serviços das Embaixadas acreditadas nos países parceiros.

Outras actividades

⇒ *Aplicação da Lei nº 13/2004, de 14 de Abril*: enquadramento jurídico e normas integrantes do estatuto do agente de cooperação –, tendo-se procedido ao Registo dos contratos dos agentes de cooperação (artigo 8º).

⇒ *Base de Dados*: finalizou-se o estudo sobre a Base de Dados dos cooperantes.

⇒ *Arquivo*: em estudo a organização do Arquivo nas fases semi-activa (10 anos) e conservação permanente. Está organizado o arquivo activo, referente aos processos gerais e individuais.

Quadro 14

Agentes da Cooperação 2005

Países	Programas	Actividades	N.º de Agentes da Cooperação 2004/2005 até 31 Ago.05 [a]	N.º de Agentes da Cooperação 2005/2006 até 31 Dez.05 [b]	Variação do n.º de agentes da cooperação [b;a]
Angola	Cooperantes não inseridos em Projectos	Docência	1	1	0
TOTAL Angola			1	1	0
Cabo Verde	Projecto de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Secundário (PADES)	Docência - Vertente Geral	68	50	-18
		Docência - Vertente Técnica	3	3	0
	Coordenação	1	1	0	
	Cooperantes não Inseridos em Projectos	Assistência Técnica na Área da Saúde	1	1	0
TOTAL Cabo Verde			73	55	-18
Etiópia	Cooperantes não inseridos em Projectos	Supervisor e Analista das Operações e Actividades do <i>Public Sector Capacity Building Program</i>	1	1	0
TOTAL Etiópia			1	1	0
Guiné-Bissau	Programa de Apoio ao Sistema Educativo da Guiné-Bissau (PASEG)	Docência	17	16	-1
		Coordenação	0	1	1
	Projecto do Centro Experimental e de Fomento Frutícola e Hortícola do Quebo	Assistência Técnica	1	1	0
	Projecto de Apoio Institucional no Sector da Estatística	Assistência Técnica	1	1	0
TOTAL Guiné-Bissau			19	19	0
Moçambique	Cooperantes não inseridos em Projectos	Docência	3	3	0
	Cooperantes não inseridos em Projectos	Assistência Técnica	1	1	0
TOTAL Moçambique			4	4	0
S. Tomé e Príncipe	Programa de Apoio ao Ensino Secundário (PAES)	Docência - Vertente Geral	15	17	2
	Projecto Sociedade de Promoção de Investimentos (SPI)	Assistência Técnica	1	1	0
TOTAL			16	18	2
Timor Leste	Clínica de Motael	Cuidados de Saúde (medicina e enfermagem)	2	2	0
		Docência	98	109	11
	Educação de Reintrodução da Língua Portuguesa	Acompanhamento de Projecto	1	2	1
		Docência	17	24	7
	Escola Portuguesa de Díli	Administração	1	0	-1
		Assessorias	15	14	-1
Assessorias e Coordenação de Projectos	Assessorias	15	14	-1	
	Coordenação de Projectos	2	2	0	
TOTAL Timor-Leste			136	153	17
TOTAL GERAL			250	251	1

O quadro pretende apurar o número de agentes da cooperação em 2005 e a sua evolução, uma vez que integra parte de dois anos lectivos, respectivamente 2004/2005 e 2005/2006.

Fonte: BIL II/Divisão de Cooperantes



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

4. Direcção de Serviços de Apoio à Sociedade Civil e Ajudas de Emergência (DS SCAE)

Compete à DS SCAE prestar apoio às organizações não governamentais e outras entidades no âmbito da ajuda pública ao desenvolvimento, assim como assegurar a promoção de ajudas humanitárias no quadro das relações bilaterais, comunitárias e multilaterais.

Apoio à Sociedade Civil

Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento

Em 2005, no âmbito da candidatura de projectos de desenvolvimento de ONGD, foi aprovado o co-financiamento de 40 projectos, de 21 ONGD, no valor global de 3.04 M€

Em resultado da experiência adquirida procedeu-se à alteração do enquadramento normativo em vigor, nomeadamente no que diz respeito ao formulário de apresentação, bem como à definição de apenas uma época de candidatura anual e o alargamento do respectivo período de análise e comunicação dos resultados. Ainda no âmbito de apoio à sociedade civil, foram financiados projectos de outras entidades, que não ONGD, considerados prioritários para os objectivos da Cooperação Portuguesa, nomeadamente o apoio à realização de um Seminário na Cidade de Luanda e ao reequipamento dos laboratórios da Universidade de Luanda, promovidos pela Ordem dos Biólogos de Portugal.

Acompanhamento de Projectos

No âmbito do DL n.º 13/2004, relativo ao apoio aos projectos das ONGD, foram analisados 131 pedidos de pagamento relativos a projectos de 2003 e 2004. A execução financeira dos projectos de 2003 passou de 50% para 85%, sendo que, no que se refere a 2004, o grau de execução subiu de 17% para 52%. A execução financeira dos projectos de 2005 ascendeu a 80%, tendo em conta a vigência de um novo quadro legal.

Ao nível do acompanhamento financeiro dos projectos de desenvolvimento das ONGD, elaborou-se um documento, visando normalizar a apresentação dos comprovativos de despesa das ONGD e nortear o trabalho técnico na fundamentação das respectivas propostas de pagamento.



Educação para o desenvolvimento (ED)

Reconhecendo a extrema importância que o papel da ED assume na adopção de uma estratégia de sensibilização da população portuguesa para as questões do desenvolvimento, foi assumida com a Plataforma Portuguesa das ONGD a criação de uma linha de financiamento própria. Foi lançada uma candidatura no ano de 2005, a qual se traduziu na aprovação do co-financiamento a 10 projectos, de 9 ONGD, no valor global de 374 mil €

Plataforma Portuguesa das ONGD

Tendo sido estabelecido, no âmbito de um Protocolo assinado entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma, uma regular colaboração institucional, foram realizadas quatro reuniões que se revelaram da maior importância na enumeração de medidas a tomar para o bom desempenho da Sociedade Civil, tais como: Lei de registo das ONGD, Estatuto do mecenato, Regras de Projectos de Emergência, adaptação das Regras de Projectos de Desenvolvimento e Projectos de Educação para o Desenvolvimento.

À semelhança de anos anteriores e no quadro do Protocolo, foram atribuídos 39 mil €, visando o reforço da sua capacidade institucional. Conforme solicitado pela Plataforma, foi elaborado um parecer relativo à proposta apresentada por aquela Organização, referente à revisão do Protocolo.

Ajuda Humanitária, de Emergência e de Reconstrução

As situações de catástrofe humanitária são pela sua natureza imprevisíveis e uma resposta a estas situações depende, fundamentalmente, de decisão política. Neste quadro foi prestado apoio a um conjunto de países, tendo em conta as prioridades definidas e os apelos internacionais, designadamente das Nações Unidas.

Quadro 15
Ajuda prestada pelo IPAD em crises humanitárias 2005

Unidade: euros

País	Crise humanitária	Canal	Valor
Angola	Surto de poliomelite	UNICEF	100.000
	Crise alimentar	PAM	100.000
Cabo Verde	Praga de gafanhotos	Agências Governamentais	64.272
Guiné Bissau	Praga de gafanhotos	FAO	251.059
Moçambique	Crise alimentar	UNICEF	300.000
S. Tomé e Príncipe	Surtos de cólera	Agências Governamentais	63.136
Guatemala e El Salvador	Furacão Stan	OIKOS	150.000

Fonte: DS SCAE

Ajuda aos países afectados pelo Tsunami no Oceano Indico (24.12.2004)

Além da ajuda de emergência prestada em 2004, foi levado a cabo o envio de dois aviões para a Indonésia e para o Sri Lanka, para transporte de equipas médicas e bens humanitários. Foram ainda determinadas contribuições bilaterais (reabilitação e reconstrução) e para organizações internacionais.

Quadro 16
TSUNAMI - Ajuda prestada pelo IPAD em 2005

Unidade: Euros

Ajuda de Emergência Bilateral		
Beneficiário	Ajuda anunciada	Ajuda executada
Sri Lanka		222.268
Indonésia		189.210
Tailândia		24.777
TOTAL		436.255
Ajuda de Emergência Multilateral		
Beneficiário	Ajuda anunciada	Ajuda executada
UNICEF	500.000	500.000
OIM	400.000	400.000
OMS	400.000	400.000
PAM	400.000	400.000
PNUD	400.000	400.000
CICV	500.000	500.000
Cáritas Internacional	400.000	400.000
TOTAL	3.000.000	3.000.000
TOTAL EMERGÊNCIA	3.000.000	3.436.255
Ajuda Bilateral de Reconstrução e Reabilitação		
Beneficiário	Ajuda anunciada	Ajuda executada
Indonésia	1.500.000	0
Sri Lanka	1.558.110	203.333
Tailândia	500.000	0
Malásia	500.000	0
Maldivas	300.000	0
Seycheles	150.000	0
Somália	100.000	100.000
Myanmar	50.000	0
Índia	400.000	0
TOTAL	5.058.110	303.333
TOTAL GERAL	8.058.110	3.739.588



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

União Europeia

Foi assegurado o acompanhamento de todos os assuntos que dizem respeito à sociedade civil e ajuda humanitária e igualmente assegurada a participação nos Comités de:

- ✓ *Co-financiamento das ONGD*, visando a defesa das preocupações e das necessidades das ONGD portuguesas, de forma a facilitar não só o seu acesso a fundos europeus, mas também a reforçar a ligação às instituições europeias.
- ✓ *Ajuda Humanitária do ECHO*, definição das prioridades da intervenção humanitária da U.E. – participação nas dez reuniões formais e participação nas duas reuniões informais.

O IPAD participou ainda em duas reuniões de seguimento do *Seminário de Palermo* (sobre a parceria UE-ONGD), promovidas pela Comissão Europeia, e na sessão de apresentação do documento *CONCORD's VISION for the European Commission's Partnership with Civil Society Organizations*, a convite da Confederação Europeia das ONGD.

Observação Eleitoral

Foi criado um mecanismo de comunicação com os observadores eleitorais inscritos nas bases de dados portuguesa e da Comissão Europeia e um mecanismo de *interface* entre os candidatos e a DG EUROPEAID. Foi assegurada a participação de 82 observadores eleitorais em 13 Missões da UE. No quadro das Eleições Presidenciais na Guiné-Bissau (Junho 2005), assegurou-se a participação de 25 observadores nacionais no contingente português junto da Missão CPLP.

Cooperação Intermunicipal

Ao abrigo do Acordo de Parceiros celebrado entre o IPAD e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi criada uma base de dados específica com os 77 projectos apresentados pelos Municípios portugueses e diligenciado o envio dos mesmos para as Embaixadas de Portugal nos países beneficiários, para efeitos de parecer, tendo ainda sido instruído o processo no sentido de ser afectada uma verba ao financiamento dos referidos projectos.

5. Direcção de Serviços de Assuntos Comunitários e Multilaterais (DS ACM).

O IPAD tem como uma das suas principais competências reforçar e dar consistência e coerência à sua participação nos principais *fora* internacionais, designadamente ao nível das Nações Unidas, OCDE e, muito especialmente, pela sua importância, ao nível da União Europeia.

O ano de 2005 foi da maior importância para as questões do desenvolvimento a nível internacional e a nível da União Europeia. Destaca-se o *Fórum de Alto Nível de Paris sobre a Eficácia da Ajuda e a Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre os ODM*, nos quais a UE teve um papel preponderante quer no debate, quer na preparação dos documentos aprovados e nos compromissos assumidos, e onde o IPAD, representou Portugal nalgumas reuniões contribuindo para a definição da posição comunitária, sobretudo, nos Grupos do Conselho (CODEV, ALIM, ACP).

Cooperação Comunitária

No contexto da União Europeia 2005 caracterizou-se pela adopção de importantes orientações que visam a coordenação das políticas, a harmonização dos procedimentos, a melhoria da complementaridade e da coerência, com vista ao aumento da eficácia da ajuda.

Assim, foi aprovada uma nova Declaração Conjunta do Conselho, Comissão e Parlamento Europeu sobre a Política de Desenvolvimento – *O Consensus Europeu* – que vem substituir a Declaração de 2000, de modo a reflectir os novos compromissos entretanto assumidos na UE e a ter em conta o respectivo alargamento. A declaração contém os objectivos, princípios e métodos para a implementação das políticas da UE e as orientações para a sua implementação a nível comunitário. Foi também adoptada, no Conselho Europeu de Dezembro a *Estratégia da UE para África: uma parceria estratégica*, onde se estabelecem as medidas a serem tomadas, até 2015, pela UE, em conjunto com África, para apoiar os esforços africanos de cumprimento dos ODM e promover o desenvolvimento sustentável, a segurança e a boa governação do Continente.

Acompanhamento dos trabalhos do Conselho na área do Desenvolvimento

Neste âmbito o IPAD acompanhou também os trabalhos dos diversos grupos, que prepararam vários temas posteriormente adoptados pelo Conselho, tais como: Conclusões sobre os ODM



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

(foram fixadas metas intermédias de aumento dos orçamentos da APD até 2010¹⁷, quer para os Estados membros individualmente, quer para a UE no seu conjunto, com vista a atingir o esforço global de 0,7% do RNB em 2015); Conclusões sobre o programa de acção europeu para acções externas de luta contra o HIV/Sida, Malária e Tuberculose; Conclusões sobre a eficácia da acção externa da UE.

Países ACP

Destaca-se a conclusão da revisão quinquenal do *Acordo de Cotonou*, cuja assinatura, pelos Ministros da UE e dos ACP, ocorreu em 25 de Junho no Luxemburgo e a decisão adoptada pelo Conselho Europeu de Dezembro, no quadro das Perspectivas Financeiras da UE para 2007-2013 que fixou um envelope de 22,682 mil milhões de € para o financiamento da cooperação com os países ACP, proveniente das contribuições dos Estados membros e que constituirá o 10º FED. As contribuições serão efectuadas com base numa chave de repartição específica, segundo a qual caberá a Portugal uma contribuição de 1,15%.

Salienta-se ainda a decisão de desbloqueamento dos recursos remanescentes da dotação condicional de 1.000 M€ do 9º FED, de onde resultou o compromisso de afectar 18 M€ para um programa indicativo 2006-2007 para Timor Leste, que se tornou beneficiário do Acordo de Cotonou.

No âmbito do acompanhamento da implementação da ajuda comunitária, o IPAD participou nos respectivos comités de financiamento (Democracia e Direitos do Homem, PVDALA, Segurança e Ajuda Alimentar, FED).

Acompanhamento da cooperação UE - América Latina

Através do Comité PVDALA, o IPAD organizou em Lisboa, em conjunto com o ICEP e a Comissão, com o apoio da REPER em Bruxelas, uma acção de divulgação do programa regional comunitário *ASIA PRO-ECO*, que financia projectos na área do ambiente e do urbanismo. A iniciativa visou prestar esclarecimentos sobre a apresentação de candidaturas ao programa, que tem vindo a ser sub-utilizado pelas entidades elegíveis do país.

¹⁷ Os 15 EM que assumiram o compromisso em Monterrey, devem agora elevar o nível de referência individual para 0,51% de APD/RNB, em 2010. Os novos 10 EM devem atingir um nível de 0,17% de APD/RNB, de forma a ficarem próximos do compromisso de 0,33% de Monterrey, em 2015. Este método permite que a média colectiva da UE a 25 membros, atinja 0,56%, em 2010.



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

Cooperação Multilateral

Nações Unidas

Financiamento de projectos através de *Trust Fund* (TF)

- ✓ TF PNUD sobre Governança Democrática (980.000 USD) para Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Timor-Leste.
- ✓ TF UNESCO, foi financiada a contratação, por dois anos, de um perito associado português para os escritórios UNESCO em Maputo.

Contribuições Voluntárias

- ✓ PNUD: 600 mil USD e FNUAP: 40 mil USD.

JPO – *Junior Professional Officers*

- ✓ Pagamento do primeiro ano de contrato dos JPO Portugueses em funções nos escritórios do PNUD em Angola e Moçambique.
- ✓ Pagamento do segundo ano do contrato para a JPO a trabalhar em Moçambique no âmbito do ACNUR.

Participação em Conferências

- ✓ Conferência Internacional para a Revisão do Programa de Acção para os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (Janeiro, Port Louis).
- ✓ Diálogo de Alto Nível sobre o Financiamento do Desenvolvimento (Junho, Nova Iorque)
- ✓ Cimeira de Milénio + 5 (Setembro, Nova Iorque)
- ✓ Conselhos Executivos PNUD/FNUAP.

Elaboração de contributos para relatórios das NU

- ✓ *Follow-Up* do Programa de Acção para os PMA
- ✓ Progresso na Implementação e Apoio Internacional à NEPAD, disponibilizado no *website* do IPAD.

Fundo Global de Luta Contra a SIDA, Tuberculose e Malária

Portugal participou na 1ª Reconstituição de recursos do Fundo Global, tendo o IPAD participado nas duas reuniões preparatórias (Março, Estocolmo e Junho, Roma), bem como na Conferência de



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

Doadores (Setembro, Reino Unido), onde Sexa. SENECA anunciou a contribuição de Portugal para o Fundo durante o biénio 2006-2007. O IPAD participou, ainda na 12ª Reunião do Conselho de Administração do Fundo (Dezembro, Marraquexe), após ter integrado o Grupo de Voto constituído pela Comissão Europeia e a Bélgica. A contribuição de Portugal em 2005 foi de 1.5 MUSD.

OCDE - CAD e Centro de Desenvolvimento

O IPAD participou no *Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda* (Paris, Fevereiro), onde foi adoptada a *Declaração de Paris*, nas reuniões de Alto Nível (Março) e de Altos Funcionários (Dezembro) do CAD, no *Grupo de Trabalho sobre Prevenção de Conflitos, Paz e Segurança e no Grupo sobre Estados Frágeis*. No âmbito deste último, Portugal assumiu-se como país facilitador do exercício piloto na Guiné Bissau, tendo participado nas reuniões do Grupo (Maio e Outubro), bem como realizado uma Missão a Bissau, em Outubro, com o objectivo de preenchimento da matriz dos princípios da ajuda da comunidade internacional aos Estados Frágeis, aprovada na reunião de Alto nível do CAD, e apresentação de um relatório preliminar sobre o assunto.

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

Como ponto focal português para a área da cooperação o IPAD participou nas X e XI Reuniões de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, em Março (Lisboa) e Julho (Luanda), esta última enquadrada pela *VI Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP*. Nesta qualidade, o IPAD informou das iniciativas que, em 2005, Portugal promoveu institucional e financeiramente das quais se destaca o Seminário sobre *Saúde materno-infantil e maternidade segura* e o *Workshop* para os países da CPLP sobre divulgação e aplicação de padrões internacionais em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

Durante 2005 foi aprovado o financiamento através do Fundo Especial do projecto Criação de uma Plataforma Informática acessível aos Países de Língua Oficial Portuguesa integrados na CPLP para partilha de informação dos Arquivos do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) e da acção pontual Seminário sobre Terapêutica da Malária, a organizar pelo IHMT. Foi inaugurado o *Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial*. O IPAD deverá contribuir com cerca de 108.000 €/ano para o seu orçamento de funcionamento.



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

Em 2005, com o apoio de Portugal, a CPLP passou a estar incluída na lista do CAD/OCDE das organizações internacionais passíveis de receber verbas classificadas como Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Cimeira Ibero-Americana

Sob Presidência de Espanha, realizaram-se, em 2005, as três reuniões de Responsáveis de Cooperação Ibero-americana, preparatórias da Cimeira anual de Chefes de Estado e de Governo, nas quais o IPAD participou na qualidade de ponto focal da cooperação portuguesa.

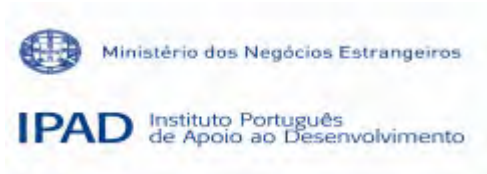
Foram aprovados os estatutos que criam a *Secretaria-geral Ibero-americana (SEGIB)* e respectivos regulamentos financeiro e de pessoal, bem como uma nova escala de contribuições na percentagem 70-30 (70% assumidos pela Península Ibérica e 30% pela América Latina), e nomeados os novos Secretário-Geral, Secretário Adjunto e Secretário de Cooperação.

Sobre a questão do apoio aos países de rendimento médio, Portugal manifestou o seu apoio político na procura de fontes alternativas de financiamento da cooperação para o desenvolvimento que também contemplem estes países, salientando, contudo, que a prioridade da cooperação portuguesa são os países de baixo rendimento, essencialmente os PALOP e Timor Leste.

Relativamente ao programa do *Fundo Indígena*, do qual Portugal é membro do Conselho Directivo no período 2004-2006, foi feita a transferência para o Fundo de 100 mil USD, correspondente à tranche anual do compromisso assumido por Portugal, no valor de 500 mil USD. Em 2005, foi ainda liquidada a contribuição portuguesa para a SECIB no valor de cerca de 33 mil USD.

Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD)

Como ponto focal desta questão, o IPAD continuou a acompanhar o processo de concretização desta iniciativa em todas as instâncias competentes (UE-África, Nações Unidas, CAD-OCDE) e a contribuir para a preparação da participação portuguesa no *Fórum de Parceria com África*, que reúne os Representantes Pessoais do G8/NEPAD e de outros parceiros do desenvolvimento Africano. Em 2005, este Fórum reuniu em Abuja (9-10 de Abril) e Londres (4-5 de Outubro).



6. Direcção de Serviços de Administração (DS ADMIN)

Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (DGFP)

A Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial tem especial importância, enquanto unidade orgânica que assegura e coordena as actividades relativas à gestão financeira e patrimonial, tendo definido como objectivos para o ano 2005 os seguintes:

Património

Apesar de constituir um dos principais objectivos para 2005, a criação da “Unidade de Compras” do IPAD não foi concluída, dado que não se chegou a constituir enquanto unidade orgânica. Não obstante, elaborou-se o levantamento de todos os contratos existentes no IPAD, tendo em vista o respectivo acompanhamento, gestão e negociação.

No que respeita ao património do IPAD localizado nos PALOP e em Timor Leste, procedeu-se ao seu levantamento e registo, através de auditoria realizada em S. Tomé e Príncipe e Moçambique.

Contabilidade e Núcleo de Apoio Técnico (NAT)

Com o objectivo de aumentar o grau de fiabilidade da informação financeira, o NAT criou centros de custos por país e área de intervenção. Foi ainda da sua competência, o controlo da execução orçamental dos Orçamentos de Funcionamento (Cooperação, Ajuda Humanitária e Gestão Administrativa) e do PIDDAC; a gestão das alterações orçamentais e pedidos de libertação de crédito; a elaboração da conta de gerência, incluindo todos os elementos de fecho de contas; assim como, o apoio técnico à Secção de Contabilidade e aos restantes serviços, no âmbito do acompanhamento da execução financeira dos projectos, bem como, às auditorias internas e externas, realizadas durante 2005.

Este núcleo foi igualmente responsável pela prestação de informação financeira à Direcção Geral do Tesouro, Direcção Geral do Orçamento, Gabinete de Organização, Planeamento e Avaliação do MNE, Tribunal de Contas.

Execução Orçamental do IPAD em 2005

O orçamento inicial do IPAD para 2005 situou-se em 54 M€. Considerando os *saldos transitados* nos termos dos estatutos do IPAD, o orçamento registou um aumento de 56 M€, ascendendo a 110 M€. As alterações incidiram em duas actividades:

- ✓ 178 – Cooperação Internacional 55.701.833 €
- ✓ 179 – Assistência Humanitária 337.321 €

Tendo em conta:

- ✓ Os reforços efectuados na *Actividade 179* para afectação ao Tsunami (8 M€).
- ✓ Os reforços na *Actividade 258* para fazer face à nova afectação de algumas despesas (3.7 M€).
- ✓ A anulação do orçamento da *Actividade 178* para reforço do orçamento do Ministério da Educação (1.8 M€), e
- ✓ As cativações e alterações orçamentais necessárias, o orçamento disponível do Instituto cifrou-se em 108.769.455 €, atingindo-se uma taxa de execução global de 48,4%.

Quadros (grupo) 17

RESUMO GERAL DO ORÇAMENTO DO INSTITUTO - FUNCIONAMENTO, COOPERAÇÃO E ASSIST.HUMANITÁRIA

TOTAL GERAL Agrupam. Despesa	Dotação inicial [1]	Dotação corrigida [2]	Executado [3]	Saldo Disponível [4]=[2]-[3]	Taxa Exec.% [6]=[3]/[2]
01-Despesas com pessoal	4.779.791,00 €	10.982.052,00 €	7.952.044,95 €	3.030.007,05 €	72,4%
02-Aquisição de bens e serviços	1.486.240,00 €	13.592.026,00 €	8.012.601,95 €	5.579.424,05 €	59,0%
03-Juros e outros encargos	0,00 €	12.570,00 €	735,81 €	11.834,19 €	5,9%
04-Transferências correntes	1.701.000,00 €	24.131.831,00 €	14.244.107,53 €	9.887.723,47 €	59,0%
05-Subsídios	0,00 €	4.479.827,00 €	4.107.652,83 €	372.174,17 €	91,7%
06-Outras despesas correntes	46.024.969,00 €	37.336.446,00 €	12.114.206,01 €	25.222.239,99 €	32,4%
07-Aquisição bens capital	8.000,00 €	9.630.545,00 €	4.058.532,61 €	5.572.012,39 €	42,1%
08-Transferências de capital	0,00 €	8.604.158,00 €	2.108.439,20 €	6.495.718,80 €	24,5%
TOTAL	54.000.000,00 €	108.769.455,00 €	52.598.320,89 €	56.171.134,11 €	48,4%

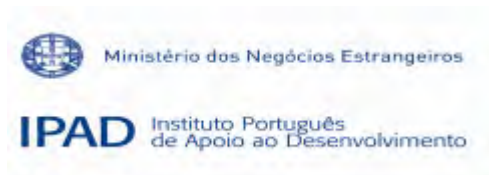
dotação corrigida = orç.inicial - cativações - alterações

A *Actividade 178 – Cooperação* (receitas gerais+saldos transitados), registou uma execução de 45,6%.

ORÇAMENTO DA COOPERAÇÃO - PROJECTOS

ACT.178 COOPERAÇÃO Agrupam. Despesa	Dotação inicial [1]	Dotação corrigida [2]	Executado [3]	Saldo Disponível [4]=[2]-[3]	Taxa Exec.% [6]=[3]/[2]
01-Despesas com pessoal	3.124.129,00 €	6.770.811,00 €	4.297.048,28 €	2.473.762,72 €	63,5%
02-Aquisição de bens e serviços	645.000,00 €	11.269.083,00 €	6.276.330,94 €	4.992.752,06 €	55,7%
03-Juros e outros encargos	0,00 €	10.600,00 €	709,09 €	9.890,91 €	6,7%
04-Transferências correntes	1.700.000,00 €	23.983.631,00 €	14.095.995,53 €	9.887.635,47 €	58,8%
05-Subsídios	0,00 €	4.479.827,00 €	4.107.652,83 €	372.174,17 €	91,7%
06-Outras despesas correntes	43.724.969,00 €	27.552.085,00 €	7.159.365,47 €	20.392.719,53 €	26,0%
07-Aquisição bens capital	0,00 €	9.557.245,00 €	3.992.687,08 €	5.564.557,92 €	41,8%
08-Transferências de capital	0,00 €	8.604.158,00 €	2.108.439,20 €	6.495.718,80 €	24,5%
TOTAL	49.194.098,00 €	92.227.440,00 €	42.038.228,42 €	50.189.211,58 €	45,6%

dotação corrigida = orç.inicial - cativações - alterações



A Actividade 179 – Ajuda Humanitária atingiu uma execução de 51%.

ORÇAMENTO DE ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA

ACT.179 ASSIST.HUMANIT. Agrupam. Despesa	Dotação inicial [1]	Dotação corrigida [2]	Executado [3]	Saldo Disponível [4]=[2]-[3]	Taxa Exec.% [6]=[3]/[2]
01-Despesas com pessoal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
02-Aquisição de bens e serviços	0,00 €	474.760,00 €	239.101,93 €	235.658,07 €	50,4%
03-Juros e outros encargos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
04-Transferências correntes	0,00 €	78.200,00 €	78.112,00 €	88,00 €	99,9%
05-Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
06-Outras despesas correntes	2.300.000,00 €	9.784.361,00 €	4.954.840,54 €	4.829.520,46 €	50,6%
07-Aquisição bens capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
08-Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
TOTAL	2.300.000,00 €	10.337.321,00 €	5.272.054,47 €	5.065.266,53 €	51,0%

dotação corrigida = orç.inicial - cativações - alterações

A Actividade 258 – Funcionamento teve uma taxa de execução de 85,2%.

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO

ACT.258 FUNCIONAM.IPAD Agrupam. Despesa	Dotação inicial [1]	Dotação corrigida [2]	Executado [3]	Saldo Disponível [4]=[2]-[3]	Taxa Exec.% [6]=[3]/[2]
01-Despesas com pessoal	1.655.662,00 €	4.211.241,00 €	3.654.996,67 €	556.244,33 €	86,8%
02-Aquisição de bens e serviços	841.240,00 €	1.848.183,00 €	1.497.169,08 €	351.013,92 €	81,0%
03-Juros e outros encargos	0,00 €	1.970,00 €	26,72 €	1.943,28 €	1,4%
04-Transferências correntes	1.000,00 €	70.000,00 €	70.000,00 €	0,00 €	100,0%
05-Subsídios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
06-Outras despesas correntes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
07-Aquisição bens capital	8.000,00 €	73.300,00 €	65.845,53 €	7.454,47 €	89,8%
08-Transferências de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
TOTAL	2.505.902,00 €	6.204.694,00 €	5.288.038,00 €	916.656,00 €	85,2%

dotação corrigida = orç.inicial - cativações - alterações

Assim, o saldo a transitar para o ano de 2006 ascende a 55 M€

Saldos Transitados para 2006

Fonte Financiamento/Actividade	Saldos transitados
110:178	10.101.474
110:179	4.987.960
sub-total	15.089.434
Fundo Maneio	2.021.195
sub-total (FF 110)	17.110.629
123:178	37.718.796
123:179	76.297
sub-total (FF 123)	37.795.093
TOTAL	54.905.722

Unidade: €

Do valor total (4.99 M€) da Fonte de Financiamento 110 – receitas gerais, actividade 179 – Ajuda Humanitária, 4.75 M€ estão afectos ao Tsunami e servirão para financiar projectos apresentados pelos governos de cada país afectado.

De salientar que o processo de transição de saldos apenas foi concluído em Setembro de 2005, o que afectou de forma extremamente negativa não só as taxas de execução orçamental do IPAD, mas também a execução dos projectos nos países parceiros, contribuindo como factor fragilizante da Cooperação Portuguesa.

De notar que o orçamento inicial, no que respeita às *Actividades 178 e 179*, concentrava-se numa única rubrica de classificação económica, «06.02.03 outras despesas correntes», o que não permitia a obtenção de informação sobre a natureza da despesa de cooperação financiadas pelo IPAD. Procurou-se corrigir a situação, quer através da criação de centros de custo estruturados de acordo com as actividades e objectivos prosseguidos pelo IPAD, quer pela implementação de uma nova filosofia de contabilização das despesas, em função da sua natureza de acordo com o Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de Fevereiro, quer ainda através da transferência da contabilização de algumas despesas da actividade de *Cooperação* para a actividade de *Funcionamento* (como por exemplo as rendas das instalações e remunerações dos funcionários do IPAD).

No âmbito do *Capítulo 50 – Investimentos do Plano (PIDDAC)*, foram aprovados dois Programas (P5 e P6), cujo orçamento foi executado a 100% e foi distribuído da seguinte forma:

TOTAL GERAL Agrupam. Despesa	Dotação inicial [1]	Dotação Cativa [2]	Dotação corrigida [3]=[1]-[2]	Executado [4]	Saldo Disponível [5]=[3]-[4]	Taxa Exec.% [6]=[4]/[3]
02-Aquisição de bens e serviços	670.000,00 €	52.325,00 €	617.675,00 €	617.603,54 €	71,46 €	100,0%
07-Aquisição bens capital	130.000,00 €	130.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
TOTAL	800.000,00 €	182.325,00 €	617.675,00 €	617.603,54 €	71,46 €	100,0%

O *Programa P5* apenas abarcou o projecto *Manutenção e recuperação das diversas instalações do IPAD nos PALOP e Timor Leste*, que visou custear obras e equipamentos do património da cooperação nos PALOP e Timor Leste, atingindo uma taxa de execução de 100%:

P05 - INST.PALOP Agrupam. Despesa	Dotação inicial [1]	Dotação Cativa [2]	Dotação corrigida [3]=[1]-[2]	Executado [4]	Saldo Disponível [5]=[3]-[4]	Taxa Exec.% [6]=[4]/[3]
02-Aquisição de bens e serviços	120.000,00 €	33.833,00 €	86.167,00 €	86.167,00 €	0,00 €	100,0%
07-Aquisição bens capital	70.000,00 €	70.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
TOTAL	190.000,00 €	103.833,00 €	86.167,00 €	86.167,00 €	0,00 €	100,0%

Neste programa as verbas foram utilizadas na realização de obras de manutenção do sistema de canalizações dos apartamentos do Bairro da Cooperação de S.Tomé e Príncipe, obras de manutenção dos apartamentos da cooperação em Maputo, apetrechamento dos apartamentos da cooperação em Luanda e renovação do equipamento da cooperação nos PALOP.

A execução do projecto *Manutenção e recuperação das diversas instalações do IPAD em território nacional*, também realizado a 100%, apresentou a seguinte distribuição:

P06 - INST.IPAD Agrupam. Despesa	Dotação inicial [1]	Dotação Cativa [2]	Dotação corrigida [3]=[1]-[2]	Executado [4]	Saldo Disponível [5]=[3]-[4]	Taxa Exec.% [6]=[4]/[3]
02-Aquisição de bens e serviços	550.000,00 €	18.492,00 €	531.508,00 €	531.436,54 €	71,46 €	100,0%
07-Aquisição bens capital	60.000,00 €	60.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
TOTAL	610.000,00 €	78.492,00 €	531.508,00 €	531.436,54 €	71,46 €	100,0%

No que se refere ao *Programa P6*, desenvolveram-se as obras de remodelação do átrio e das escadas do piso 1 e 2 do edifício das instalações do IPAD na Avenida da Liberdade, bem como as obras de remodelação do rés-do-chão e piso 1 do edifício da Rua Rodrigues Sampaio que permitiu a reinstalação da Divisão de Bolsas, do Centro de Informática e da Secção de Expediente e Apoio Geral, a construção da Loja da Cooperação e do Centro de Documentação e Informação com espaço próprio para a Biblioteca.

Divisão de Recursos Humanos (DRH)

A DRH desenvolveu, entre outras acções que constituem rotina de um serviço de gestão de recursos humanos, as seguintes principais actividades:

- ⇒ Considerando que a adopção e implementação do SRH, ocorrida no ano 2004, não garante a necessária uniformização da gestão integrada dos Recursos Humanos do IPAD com os Agentes da Cooperação, ao longo do ano 2005 houve necessidade de, a par da gestão da aplicação do SRH, manter activa a aplicação Minimal.
- ⇒ Uma vez que o Balanço Social constitui um importante instrumento de planeamento e gestão de recursos humanos¹⁸, procedeu-se à sua elaboração, com referência a 31.12.2004, assim como à sua remissão às entidades e serviços competentes para proceder à sua apreciação e ao seu adequado tratamento estatístico.
- ⇒ Na sequência de levantamentos de necessidades de pessoal efectuados no final do ano de 2004, após a reestruturação e reorganização operada nos serviços IPAD, foram desenvolvidas as devidas diligências, no sentido de dar resposta às carências de pessoal diagnosticadas, através dos mecanismos de mobilidade previstos para a Administração Pública - transferência, requisição, concurso, bem como, a integração de diplomados com o curso de Estudos Avançados em Administração Pública (CEAGP).

¹⁸ Nos termos do Decreto-Lei n.º 190/96, de 09 de Outubro.

⇒ Atendendo a que em 2004, a implementação do novo modelo de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP)¹⁹, apenas foi aplicado a 21 funcionários que se encontravam nas condições previstas no art.º 1.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, e a fim de garantir a avaliação, referente a 2005, dos funcionários, dirigentes de nível intermédio e outros trabalhadores, foram desenvolvidas pela DRH as seguintes diligências:

- ✓ Esclarecimento e acompanhamento dos serviços e promoção de reuniões com dirigentes e chefias, a fim de uniformizar procedimentos e definir os objectivos a prosseguir pelas várias unidades orgânicas no decurso do ano.
- ✓ Implementação e utilização da aplicação SIADAP, disponibilizada pela DGAP para o processo de avaliação dos 125 funcionários que possuem condições de avaliação.

⇒ Tendo como pretensão um aumento da motivação e uma valorização profissional dos dirigentes e funcionários, por via do desenvolvimento das respectivas competências de desempenho, de acordo com as necessidades de formação diagnosticadas e as disponibilidades orçamentais, foram promovidas inscrições em acções de formação. As seguintes tabelas resumem o balanço da formação no IPAD em 2005.

Quadro 18

Contagem relativa às horas de acções de formação realizadas durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o tipo de acção

Tipo de Acção	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Auxiliar	Operário	Total
Horas de acções internas	72	126			18	54			270
Horas de acções externas	859	184				225			1.268
Total	931	310	0	0	18	279	0	0	1.538

Considerar as horas dispendidas por todos os efectivos do serviço em cada um dos tipos de acção de formação realizada durante o ano.

Quadro 19

Contagem relativa às participações em acções de formação durante o ano, por grupo de pessoal, segundo o tipo de acção

Tipo de Acção	Dirigente	Técnico Superior	Informática	Técnico	Técnico Profissional	Administrativo	Auxiliar	Operário	Total
Participantes em acções internas	12	21			3	9			45
Participantes em acções externas	20	6				7			33
Total	32	27	0	0	3	16	0	0	78

Considerar as participações em acções de formação que sejam certificadas pela correspondente entidade de formação.

¹⁹ SIADAP - criado pela Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

Quadro 20

Pessoal em Exercício de Funções no IPAD em 2005, por Unidade Orgânica								
Categoria	CD	PPF	BIL I	BIL II	ACM	SCAE	ADMIN	TOTAL
Presidente	1							1
Vogal	4							4
Director de Serviço		1	1	1	1	1	1	6
Chefe de Divisão		3	1	3	2	1	4	14
Chefe de Seccção				1			5	6
Tesoureira							1	1
Assessor Principal	2	2	1	2				7
Assessor		1		1	2		1	5
Técnico Sup. Principal		3	2	6	2		2	15
Técnico Sup. 1ª. Classe		2		3			5	10
Técnico Sup. 2ª. Classe			5		1	5	2	13
Equip. a Técnico Superior		1			1			2
Técnico 1ª Classe					1			1
Téc. Prof. Esp. Principal		1		2				3
Téc. Prof. Principal					1		1	2
Equip. a Técnico		1						1
Insp. Finanças Sup. Princ.				1				1
Assist. Adm. Especial.	3	1	1	4	1	1	7	18
Assist. Adm. Principal		1		1			5	7
Motorista de Ligeiros							3	3
Telefonistas							3	3
Enc. Pessoal Auxiliar							1	1
Auxiliar Administrativo							5	5
Auxiliar de Limpeza							7	7
Téc. Inf. Grau 1							1	1
Téc. Inf. Grau 2							1	1
Equip. Téc. Informática							1	1
Equip. Técnico Sup. BAD							1	1
Jurista	2		1	3				6
Assessoria	2							2
Estágio Profissional		4	1	5		1	2	13
Estágio Curricular			1				2	3
Total	14	21	14	33	12	9	61	164

Fonte:

Fontes: DRH

Tratamento - PP

No decurso de 2005, saíram do organismo 20 elementos (7 dos quais pertenciam ao quadro de pessoal, sendo que 2 destes passaram à aposentação) e entraram 25 elementos, por nomeação e mediante requisição a outros organismos.



IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

Centro de Documentação e Informação (CDI)

O CDI é o responsável pelo *website* e pela informação a prestar ao público, nomeadamente o que se dirige ao Instituto através de correio electrónico, tendo o ano de 2005 representado uma profunda remodelação para esta Divisão.

Foi aberto um novo espaço, na Rua Rodrigues Sampaio, para a biblioteca e atendimento de leitores, e criado um conceito novo: a **Loja da Cooperação**.

A mudança de instalações implicou uma nova estratégia no CDI, definindo as actividades em função dos dois espaços. Assim, a Biblioteca e serviços ficaram situados na Rua Rodrigues Sampaio, enquanto que o Arquivo Histórico e posteriormente todo o arquivo do IPAD, localizados na Rua da Junqueira, cujas instalações se encontram devidamente equipadas à função.

Foi também o ano em que o CDI consolidou a sua existência, ganhando espaço e visibilidade dentro do IPAD. O CDI passou a estar presente nas reuniões internacionais sobre Informação para o Desenvolvimento, no âmbito da UE e da OCDE/CAD. Pela primeira vez também, o IPAD participou em diversos eventos, com pavilhão ou *stand* próprio, destacando-se a Feira do Livro de Lisboa, os Congressos da Administração Pública e da Associação Nacional de Municípios.

A *edição própria* registou um impulso importante, tendo sido iniciada a publicação de estudos na área da cooperação, nomeadamente editando teses de mestrado.

A apesar de um acréscimo de actividade, alguns dos objectivos propostos não foram concluídos no decorrer do ano. São exemplo:

- ⇒ A melhoria da acessibilidade aos fundos da biblioteca.
- ⇒ A melhoria da acessibilidade ao Arquivo Histórico (a proposta de protocolo a estabelecer com o Instituto de História Contemporânea, da Universidade Nova de Lisboa).
- ⇒ A implementação e divulgação do Programa de Apoio à Edição, não impedindo, contudo, que o IPAD utilizasse os critérios nele estabelecidos e apoiasse a edição de diferentes obras.
- ⇒ A celeridade na actualização de informação sobre as actividades do IPAD no seu *website*. Apesar da sua actualização ter sido, de um modo geral, imediata, persistem dificuldades na obtenção de informação actual por parte de alguns serviços do Instituto.



Ministério dos Negócios Estrangeiros

IPAD Instituto Português
de Apoio ao Desenvolvimento

O trabalho na área da comunicação carece de maior desenvolvimento, sobretudo através da definição de uma estratégia que permita envolver e atingir diversos públicos alvos, nomeadamente o público jovem.

Centro de Informática (CINF)

Foi implementado e alargado a todas as unidades orgânicas um *Sistema de Gestão Electrónica Documental e Processual – SmartDocs*, que permite a centralização da informação entrada e produzida pelos Serviços (integração do correio electrónico, documentos produzidos em PC, digitalização, fax, etc.) Desenvolveram-se vários perfis: Nota Interna, Informação de serviço, Gestão do Parque Informático, Pedido de Cabimento electrónico, Pedido de Pagamento, etc.). Foi também disponibilizado a todos os serviços o acesso à aplicação Minimal para consulta dos cabimentos e pagamentos com o objectivo de tornar a informação financeira mais funcional. Para a implementação do circuito de informação documental definiram-se normas, manuais e instruções de trabalho. Estas iniciativas foram resultado de um trabalho conjunto do CINF e da DGFP.

Gestão eficaz da Infra-estrutura Tecnológica e da Informação de modo a assegurar o normal funcionamento do Instituto

- ⇒ A migração dos servidores para 2003 Server e a migração dos PC para *Windows XP* não foi concluída.
- ⇒ Foi realizada a exploração de Sistemas.
- ⇒ Foi dado apoio ao desenvolvimento de novas funcionalidades nas Bases de Dados do IPAD, com relevo para a Base de Dados da Cooperação Portuguesa (PFP) e para a Minimal.

Segurança informática da rede

- ⇒ Foi implementada a solução de acesso remoto à rede do IPAD através de autenticação forte (*token ring*).
- ⇒ Foi implementada a solução semi-automatizada de salvaguarda de informação (*backups*).
- ⇒ Foram criadas e implementadas outras funcionalidades de segurança da rede.

Foi criada a *Intranet* e tem-se procedido à gestão eficiente da mesma, disponibilizando informações e notícias de interesse interno, acesso a um conjunto de FAQ relacionadas com os pedidos de *help desk* mais frequentes e ainda acesso às aplicações e várias bases de dados existentes.

Conclusões e Avaliação

No ano de 2005, a actividade do IPAD ficou assinalada por alguns progressos não obstante a perpetuação de constrangimentos limitativos à obtenção de melhores resultados ou à prossecução de objectivos globais importantes, enunciados no Plano de Actividades de 2005.

O objectivo de **optimização de recursos e de aumento das taxas de execução** encontrou, a nível financeiro, um dos seus principais constrangimentos. A normal execução dos projectos foi afectada pela integração tardia no orçamento do IPAD dos saldos transitados do ano anterior (56 M€), dado que os compromissos assumidos têm em conta esses montantes. A transição tardia (Setembro de 2005) comprometeu o atempado desembolso e o aumento das taxas de execução.

Ao nível da análise dos projectos, apesar do esforço desenvolvido ao longo do ano, o IPAD continua a deparar-se com problemas de exiguidade de informação disponibilizada pelos promotores dos projectos, resultando em atrasos ou mesmo impossibilidade de atempadamente se proceder à elaboração das propostas a submeter superiormente.

De salientar, como pontos positivos, que em resposta às necessidades de maior fiabilidade da informação financeira do IPAD, foram criados centros de custo estruturados de acordo com as actividades e objectivos do Instituto. O sistema anterior concentrava as Actividades 178 (Cooperação) e 179 (Ajuda Humanitária) numa única rubrica de classificação económica, impedindo a obtenção de informação sobre a natureza da despesa.

O objectivo relativo à **maximização das vantagens inerentes a uma programação integrada através do PO05**, não encontrou plena concretização. De facto, a uma programação globalmente coerente, deve corresponder a realidade plena de um orçamento integrado para a cooperação e uma orçamentação plurianual como base da previsibilidade da ajuda, em detrimento da dispersão sectorial de recursos e da ausência de definição de prioridades. Aqui residiu outro constrangimento financeiro.

A assunção de compromissos de carácter plurianual decorrentes dos programas de cooperação acordados com os países parceiros, e a necessidade de introduzir uma maior e mais segura previsibilidade na programação da Cooperação Portuguesa, conferem à plurianualidade do PO05²⁰ um carácter fundamental. A sua concretização, prevista na Lei de Enquadramento Orçamental²¹, é

²⁰ Programa Orçamental da Cooperação Portuguesa, do qual o IPAD é a entidade coordenadora.

²¹ N.º 2 do Art.º 45 da Lei 91/2001, republicada a 24.08.04: "Os compromissos que dêem origem a encargos plurianuais apenas podem ser assumidos mediante prévia autorização, a conceder por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da tutela, salvo se: a) Respeitarem a programas, medidas, projectos ou actividades constantes dos mapas XV e XVI da lei do Orçamento do Estado."

essencial ao sucesso do Programa e à optimização dos recursos. Permitiria conhecer os compromissos e a evolução das dotações no médio-prazo, como também isentar a assunção de despesas plurianuais da publicação de portaria conjunta. A isenção possibilitaria concertar os compromissos orçamentais com as opções programáticas acordadas com os países parceiros. Da mesma forma, permitiria aligeirar a execução dos PIC, assinados por um período de três anos. Enquanto coordenador, o IPAD procurou, contudo, assegurar a bi-direccionalidade de toda a informação relevante. Esta iniciativa fomentou uma maior participação dos executores com verbas inscritas nas vertentes de funcionamento e investimento, cumprindo o objectivo de agilização de processos e de aprofundamento das relações com os intervenientes do programa.

Por outro lado, o **objectivo de cumprimento dos compromissos assumidos internacionalmente relativos ao aumento da APD²²**, requer uma acentuada mobilização financeira adicional nos anos futuros e tal deveria verificar-se por via do aumento de orçamento da *Medida 1* do PO05.

Mantendo-se os actuais níveis, esses compromissos não poderão ser cumpridos. De acordo com estimativas do CAD/OCDE²³, Portugal, para atingir o ratio APD/RNB de 0,33 em 2006, necessitaria de desembolsar cerca de 450 M€. Ora, os actuais níveis da APD portuguesa, cifram-se, em média dos últimos 5 anos e à excepção de 2004 devido à reorganização da dívida de Angola (562 M€), nos 300 M€. Para 2005, estima-se uma APD de 296 M€, correspondendo a um ratio APD/RNB de 0,21. De realçar, contudo, os progressos ao nível da harmonização e alinhamento, no âmbito dos esforços de uniformização e simplificação da concessão da ajuda e no contexto dos ODM, que têm vindo a ser encarados pela comunidade internacional como processos essenciais para uma ajuda mais eficaz²⁴. Portugal participou em todo este percurso e em 2005 formulou um *Plano de Acção Interno* que visa materializar um conjunto de medidas a implementar pela Cooperação Portuguesa.

O objectivo de dar **prioridade à cooperação com os países de expressão lusófona** foi inteiramente cumprido, assim como a **concentração/incidência num conjunto restrito de sectores fundamentais**. Aliado a este objectivo encontra-se um outro, o de **evitar a dispersão de meios em prol de uma lógica coerente, melhorando a racionalidade, eficiência e eficácia da ajuda**. Geograficamente, o IPAD deu continuidade à linha de orientação de concentração nos países de língua portuguesa, em especial nos PALOP e Timor Leste e de valorização do espaço CPLP. A elaboração dos seis PAC a celebrar em 2006, procurou ainda obedecer ao princípio de concentração sectorial na Educação, Saúde, Formação Profissional e Capacitação Institucional, numa óptica de

²² Portugal comprometeu-se a atingir as metas: 0,33% do rácio APD/RNB, até 2006; 0,51% até 2010 e os 0,7% até 2015.

²³ In *Development Cooperation Report 2004*, CAD/OCDE, table 1.1, p.19.

²⁴ Declaração de Roma, Documento sobre Boas Práticas para a Harmonização e o Alinhamento – CAD/OCDE (2003) e Declaração de Paris (2005).

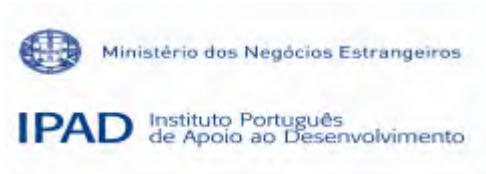
desenvolvimento sustentável e de luta contra a pobreza, na tentativa de prossecução dos ODM. Há ainda a destacar o positivo reforço no acompanhamento de questões transversais a nível internacional – Género e HIV/SIDA - no sentido de assimilação das recomendações das principais organizações internacionais de ajuda.

O objectivo de **melhoria da coordenação do IPAD de articulação com os ministérios sectoriais, por via das Conferências Interministeriais para a Cooperação (CIC)**, não foi completamente alcançado. Em 2005, apenas duas CIC foram realizadas²⁵. Tal deveu-se a alguma instabilidade governativa que o país atravessou desde o final de 2004, com a dissolução da Assembleia da República e a marcação de novas eleições para Março de 2005. Durante esse período o Governo manteve funções de gestão corrente. Apenas com a entrada em funções do novo Conselho Directivo do IPAD (Setembro 2005) a CIC ganhou um novo impulso como um *forum* relevante de concertação interministerial e de intercâmbio de informação, pelo que em 2006 passará a reunir-se com uma periodicidade mensal. Nela deverão ser debatidos temas de carácter sectorial mas também temas transversais à cooperação para o desenvolvimento.

A promoção de uma crescente integração das ONGD e de outras entidades da Sociedade Civil nos programas de desenvolvimento, constitui um objectivo que registou progressos positivos ao longo de 2005. No âmbito do apoio à sociedade civil, destaca-se os resultados favoráveis decorrentes da alteração do enquadramento normativo de candidaturas das ONGD a financiamento do IPAD, que permitiu um aumento do grau de execução financeira. Acresce que, no âmbito do Protocolo assinado entre o MNE e a Plataforma das ONGD, verificou-se um importante incremento da colaboração institucional. Por outro lado, o IPAD reforçou a sua estratégia de *Educação para o Desenvolvimento* (ED), assumindo a importância da sensibilização da opinião pública portuguesa para as questões do desenvolvimento e do combate à pobreza. Tal medida teve em conta o papel preponderante das ONGD no processo e traduziu-se, entre outras iniciativas, na criação de uma linha de financiamento própria para projectos de ED e na participação e co-financiamento do IPAD na Campanha Nacional *Pobreza Zero*, desenvolvida pela OIKOS.

Reconhecendo também a importância da participação das autarquias como actores da cooperação, o Instituto preparou um *Acordo de Parceiros entre o IPAD e a Associação Nacional de Municípios Portugueses*, que regula, entre outros aspectos, a apresentação de candidaturas, sua análise, aprovação e acompanhamento.

²⁵ *CIC de 13 Julho*: A Cooperação Portuguesa: a conjuntura actual e perspectivas para o futuro. *CIC de 30 Novembro*: Documento de orientação estratégica; Estatuto do Cooperante; Regime de voluntariado; Contabilização da APD; informação sobre a criação da EDFI.



Aliada a esta estratégia está também o objectivo de melhorar a comunicação e relacionamento do IPAD com o público em geral e o público directamente relacionado com as actividades de cooperação desenvolvidas pelo Instituto. Para tal, foi aberto um novo espaço para biblioteca, atendimento de leitores e de bolseiros – a *Loja da Cooperação*. O CDI passou ainda a acompanhar as reuniões internacionais sobre Informação para o Desenvolvimento no âmbito da UE e do CAD e foi dado um novo impulso à edição própria de estudos na área da cooperação.

A nível multilateral, o IPAD definiu como objectivo global o **reforço da actuação no quadro da CPLP**, assim como, uma **maior inserção da Cooperação Portuguesa no contexto mais alargado do sistema internacional de apoio ao desenvolvimento**. O ano de 2005 foi particularmente activo a nível da cooperação multilateral, o que permitiu ao IPAD desempenhar um papel importante no acompanhamento, difusão e incorporação pela Cooperação Portuguesa das recomendações emanadas das principais conferências internacionais. O IPAD desenvolveu também um esforço acrescido na articulação das vertentes bilateral e multilateral, visando maximizar as contribuições para os organismos multilaterais.

Como nota final, parece importante acrescentar que, ao nível dos recursos humanos, o IPAD continuou a revelar carência de competências técnicas em determinadas áreas de conhecimento, perdurando efeitos limitadores na eficácia e eficiência dos serviços. Um problema que poderá ser minimizado com um plano de formação mais vocacionado para estas carências.

De registar, por outro lado, progressos assinaláveis na implementação do novo modelo de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), de forma a garantir a avaliação, referente a 2005, dos 125 funcionários em condições de avaliação. Em 2004, o SIADAP foi apenas aplicado a 21 funcionários.